

PÁG.

- 1- [ATAS](#)
 - 1.1- [Reunião Ordinária](#)
 - 1.2- Prosseguimento da 6ª Reunião da Comissão Interestadual Parlamentar de Estudos para o Desenvolvimento Sustentável da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco- CIPE-São Francisco
 - 1.3- [Reuniões de Comissões](#)
 - 2- [ORDENS DO DIA](#)
 - 2.1- [Plenário](#)
 - 2.2- [Comissões](#)
 - 3- [EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO](#)
 - 3.1- Plenário
 - 3.2- [Comissões](#)
 - 4- [TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES](#)
 - 5- [MATÉRIA ADMINISTRATIVA](#)
 - 6- [ERRATAS](#)
-
-

ATAS

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLÉIA
LEGISLATIVA, EM 10 DE JUNHO DE 1994**

Presidência do Deputado Tarcísio Henriques

SUMÁRIO: COMPARECIMENTO; falta de "quorum"

COMPARECIMENTO

- Às 9h16min, comparecem os Deputados:

Agostinho Patrus - Álvaro Antônio - Geraldo da Costa Pereira - Geraldo Santanna - Homero Duarte - João Batista - Maria José Haueisen - Paulo Pettersen - Tarcísio Henriques - Wilson Pires.

Falta de "Quorum"

O Sr. Presidente (Deputado Tarcísio Henriques) - A lista de comparecimento não registra a existência de número regimental, razão pela qual a Presidência deixa de abrir a reunião e convoca os Deputados para a ordinária de debates de segunda-feira, dia 13, às 20 horas.

**ATA DO PROSSEGUIMENTO DA 6ª REUNIÃO DA COMISSÃO INTERESTADUAL PARLAMENTAR DE ESTUDOS
PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO FRANCISCO - CIPE-
SÃO FRANCISCO, REALIZADO NO DECORRER DA 542ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLÉIA
LEGISLATIVA, EM 31 DE MAIO DE 1994**

Presidência do Deputado José Ferraz

SUMÁRIO: Composição da Mesa - Designação do Coordenador - Palavras do Sr. Octávio

Elísio Alves de Brito - Registro de presença - Palavras dos Srs. Vinícius Fulzeira de Sá e Benevides, Guilherme de Lima Paes, Ciro Loureiro Rocha, Theofilo Benedito Otôni Neto, Josué Seroa da Motta, Rodolfo Leite de Oliveira, Deputado Geraldo Coelho e do Coordenador - Debates com o Plenário.

Composição da Mesa

O Sr. Presidente (Deputado José Ferraz) - A Presidência convida a tomar assento à mesa os Exmos. Srs. Rubélio Queiroz, Secretário de Recursos Minerais, em exercício, e coordenador de nossos debates; Octávio Elísio Alves de Brito, ex-Secretário de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente; Vinícius Fulzeira de Sá e Benevides, Coordenador-Geral de Recursos Hídricos do DNAEE; Nicholas Bourlon, Perito em Meio Ambiente da Embaixada da França; Guilherme de Lima Paes, Coordenador de Transporte Hidroviário do Ministério dos Transportes; Ciro Loureiro Rocha, Chefe de Divisão de Águas do DNAEE; Theofilo Benedito Otôni Neto, consultor independente; Josué Seroa da Motta, Coordenador Estadual de Projetos da EMATER - MG; Rodolfo Leite de Oliveira, Vice-Presidente do CEEIVAP; e o Deputado Reinaldo Moura Ferreira, da Assembléia Legislativa do Estado de Sergipe.

Designação do Coordenador

O Sr. Presidente - Esta Presidência vai passar a coordenação desta parte da reunião ao Sr. Rubélio Queiroz, Secretário, em exercício de Recursos Minerais. Com a palavra, o Sr. Coordenador.

O Sr. Coordenador (Rubélio Queiroz) - Boa tarde a todos. Dando prosseguimento aos trabalhos iniciados na manhã de hoje, quero passar a palavra aos debatedores desta tarde, começando com o Sr. Octávio Elísio Alves de Brito, ex-Secretário de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente do Estado de Minas Gerais.

Palavras do Sr. Octávio Elísio Alves de Brito

O Sr. Octávio Elísio Alves de Brito - Prezado Deputado José Ferraz, Presidente da Assembléia Legislativa; Sr. Rubélio Queiroz, Secretário de Estado, em exercício, para assuntos de recursos minerais, hídricos e energéticos; ilustres parlamentares de Minas Gerais e de outros Estados que fazem parte da bacia do rio São Francisco; Sr. Vinícius, do DNAEE; demais autoridades aqui presentes, empresários, usuários de água, ambientalistas, minhas senhoras e meus senhores, desejo, inicialmente, agradecer o convite que me foi feito pela Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais para participar da 6ª Reunião da Comissão Interestadual Parlamentar de Estudos para o Desenvolvimento Sustentável da Bacia Hidrográfica do rio São Francisco. Tive o privilégio de participar, como Secretário de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente do Estado de Minas Gerais, da criação do CIPE, aqui, em Belo Horizonte. Posteriormente, estive numa reunião, em Recife, e quero louvar a iniciativa das Assembléias Legislativas em buscar um fórum político de discussão da questão ambiental da bacia hidrográfica do rio São Francisco. Quero, especialmente, agradecer o convite que me foi feito, apesar de não ser mais Secretário de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente do Estado, para participar deste painel, que se propõe à discussão sobre o gerenciamento dos recursos hídricos da bacia do rio São Francisco. Esse esforço de implantação, no Brasil, de uma política de gestão ambiental de recursos hídricos é uma iniciativa pioneira e importante. Até há bem pouco tempo, a questão do recurso hídrico estava, fundamentalmente, orientada para a preocupação com determinados usos desses recursos. De forma destacada, temos a produção de hidroeletricidade e, mais recentemente, seu uso em irrigação.

Não tivemos ainda, no Brasil, de forma efetiva, a implantação de uma política que veja a questão do recurso hídrico numa perspectiva mais abrangente, compatibilizando seus diversos usos e buscando o gerenciamento desses usos por meio de uma política ambiental. Acredito que este é um momento extremamente fértil para que isso aconteça, porque a discussão desse assunto, não apenas em nível nacional mas também estadual, vem amadurecendo uma posição bem forte, de que não é possível mais resguardar a importância de um recurso ambiental importante, como é a água, sem uma estratégia política que discipline e oriente os seus diversos usos dentro de uma estratégia global mais ampla de proteção ambiental.

Quero trazer para vocês algumas considerações, em dois níveis. Em primeiro lugar, uma consideração mais conceitual sobre a questão do gerenciamento dos recursos hídricos, e, em segundo lugar, a experiência que procuramos avançar aqui em Minas, sob a coordenação do DNAEE, para a implantação de um projeto piloto de gestão ambiental de recursos hídricos no rio Doce, por intermédio das Secretarias de Meio Ambiente de Minas e do Espírito Santo, em que Minas Gerais teve e tem a coordenação por meio da Fundação Estadual do Meio Ambiente - FEAM.

Inicialmente, eu gostaria de trazer algumas conclusões tiradas da Conferência Internacional sobre a Água e Meio Ambiente, realizada em Dublin, como uma reunião preparatória da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente. É importante resgatarmos, permanentemente, os nossos compromissos, ou seja, aqueles documentos que têm sido a base das opções políticas em termos de meio ambiente. Há, exatamente, dois anos, abrigamos, neste País, a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente, e

aqueles documentos que lá foram assinados significaram compromissos políticos do Brasil com a questão ambiental. É importante que resgatem os esses documentos, para que a nossa discussão não fique balizada por questões conjunturais, que nem sempre são as mais apropriadas, porque, com frequência, essas questões incorporam problemas corporativos e de defesa de instituição. Com isso, colocamos por terra o grande desafio de se fazer política setorial e de se estabelecer uma legislação conseqüente com essa política, que é a visão de longo prazo, o compromisso efetivo com uma proposta. Quando o conjuntural pesa sobre a decisão política, contaminamos, freqüentemente, essa perspectiva de médio e longos prazos com determinados condicionamentos de curto prazo.

Quero, portanto, resgatar aqui, para vocês, um documento com o qual o Brasil tem compromisso, porque é uma reunião preparatória da Conferência do Rio, havida em Dublin, e que discutiu a questão da água. Do resumo de recomendações dessa reunião, temos o seguinte: (- Lê:)

"Os recursos hídricos deverão ser geridos e aproveitados de forma integrada, levando-se em conta as críticas relações existentes com os recursos naturais. Isso implica a gestão de recursos no nível de bacias hidrográficas, a fim de garantir a proteção e conservação da base dos recursos naturais, do ponto de vista e sob a ótica ambiental."

A gestão integrada dos recursos hídricos implica todos os usos, incluídos a conservação e o uso sustentado dos recursos vivos, considerados apropriados para se adotar decisões nessa matéria.

Aqui, há duas questões fundamentais: a necessidade da gestão, em termos de bacia hidrográfica e a idéia clara de que não se pode pensar na gestão de recursos hídricos sem se pensar na sua integração com os outros recursos naturais. Não há como se pensar no rio São Francisco sem se pensar no cerrado. Não há como se pensar no rio São Francisco e no cerrado sem se pensar nas veredas e nas lagoas marginais. É uma questão composta e, por causa disso, não se pode falar de gestão hídrica apenas pela ótica de seu uso, precisa haver alguma coisa que articule a questão uma perspectiva abrangente, cuja base é a questão ambiental. O enfoque da planificação e a gestão dos recursos hídricos, no nível da bacia, implicam considerar a conexão entre água superficial e água subterrânea".

Não estou lendo todas as conclusões, mesmo porque não é apropriado fazê-lo aqui, mas apenas destaco, em cada tópico, aqueles pontos que sintetizam a conclusão de cada um dos itens. Como enfoque geral, é preferível prevenir a contaminação a corrigi-la depois. (- Lê:)

"Ao se tomarem e se aplicarem decisões em matéria de gestão, deve-se levar em conta e valorizar, de maneira equilibrada, as considerações ambientais, sociais, sanitárias, econômicas, técnicas e jurídicas. A informação pública, portanto, a democratização da informação, a educação, a conscientização, a mobilização e o comprometimento da sociedade e a participação constituem partes importantes da gestão integrada de bacias. Para fomentar um enfoque integrado da gestão de bacias, deve-se estabelecer um programa de ação para uma gestão integrada de bacias compatível com a questão ambiental".

O que li são conclusões de uma conferência à qual o Brasil esteve presente e que constituiu a base das conclusões incorporadas a documentos da Conferência do Rio subscritos pelo Brasil. Acho que é em função dessa conceituação e desse pano de fundo conceitual que podemos discutir, aqui, o que é uma política de gestão de recursos hídricos. Esta passa pela gestão de bacias, por se pensar a unidade ambiental da bacia hidrográfica como a base política para uma gestão de recursos hídricos.

Os recursos hídricos são o termômetro da situação ambiental da bacia. Não basta pensarmos em melhorar a qualidade da água do rio; temos que enfrentar a estratégia de desenvolvimento que foi estabelecida em toda a bacia, porque é essa estratégia, tanto no aspecto industrial quanto nos de expansão urbana, de agricultura, de pecuária, de ocupação do solo e de mineração, que faz com que sobre a água se reflita uma determinada situação de qualidade e de quantidade que caracteriza a situação ambiental de toda a bacia.

É uma questão fundamental pensar-se em termos de gestão de recursos hídricos. Temos que pensar nos recursos hídricos a partir da bacia hidrográfica.

O segundo ponto é que essa gestão passa pelo denominador comum do meio ambiente. Aí, temos que ter o espírito descomprometido com qualquer avaliação conjuntural e temos que entender que a questão ambiental é absolutamente integradora de quaisquer estratégias de uso de recursos naturais. Temos que pensar em qualquer política de recursos naturais a partir de uma visão de meio ambiente.

Dentro desse contexto, nós tivemos uma atuação bastante ampla na gestão dos recursos hídricos em Minas Gerais, que é um Estado extremamente privilegiado em termos de recursos hídricos e, por causa disso, tem uma enorme responsabilidade na gestão desses recursos. Eu diria que em Minas Gerais é possível e necessário que se faça uma política ambiental estabelecendo como unidade básica de decisão de política

ambiental a bacia hidrográfica.

Por outro lado, há uma forte limitação a que se estabeleça uma política de recursos hídricos em nível de Estado, porque todos os rios mineiros são nacionais. Por ser Minas um Estado mediterrâneo, que não é banhado pelo mar, todos os rios que passam por Minas ou que aqui nascem passam também por outro Estado e, portanto, são rios nacionais, cuja responsabilidade constitucional é do Governo Federal, especialmente do Ministério das Minas e Energia e do DNAEE. Esse é um fator limitador com o qual nós lidamos quando estivemos à frente da Secretaria.

Um outro aspecto que condicionou a nossa política, em termos de recursos hídricos, é o fato de que, tanto em Minas como em nível federal, a questão dos recursos hídricos não está na Secretaria do Meio Ambiente, mas numa Secretaria própria. Em Minas Gerais, ela está na Secretaria de Recursos Minerais, Hídricos e Energéticos, onde os recursos hídricos têm um enfoque e uma preocupação essencialmente ligada a esses assuntos. Eu quero, entretanto, dizer, aqui, que conseguimos ter muitos avanços nesta área - apesar das limitações - pelo diálogo e pela disposição de todos os responsáveis pelas áreas de recursos hídricos, tanto a federal quanto a estadual, para o estabelecimento, em conjunto, de uma política de recursos hídricos compatível com a questão ambiental. Mas eu quero ressaltar o espírito de cooperação e de diálogo que nós tivemos com o DNAEE, com o DRH-MG e com a Secretaria de Recursos Minerais, Hídricos e Energéticos.

No que diz respeito à política de gestão através da bacia hidrográfica, o trabalho que nós desenvolvemos, sob a coordenação da representação do DNAEE no rio Doce, buscou incorporar, aqui em Minas, uma política de gestão através de bacias hidrográficas adotada na França. É uma política que já foi reconhecida pelo Banco Mundial, e Daniel Crosck, que foi convidado, aliás para participar deste seminário, deu uma declaração reconhecendo que essa é estratégia política mais apropriada para a gestão dos recursos hídricos através de bacias hidrográficas.

Na França, esse enfoque se dá do seguinte modo: temos inicialmente a implantação de um comitê de bacias, que, na prática, tem o nome de Parlamento das Águas. Esse comitê nada mais é que uma grande assembléia, onde se reúnem governo, usuários, ambientalistas, governos nos seus diferentes níveis, onde todos discutem a definição, em termos da política, do uso dos recursos naturais.

Aqui em Minas, no rio Doce, esse comitê de bacias, que tem a denominação de Comitê de Estudos Integrados da Bacia do Rio Doce, é constituído de cerca de 80 pessoas, sendo 25% formados por usuários de água, desde o minerador, o agricultor, passando pelo pescador até a comunidade local. Cerca de 60% do Comitê é formado pelos usuários de água e pelas lideranças municipais - Prefeitos, Vereadores e órgãos locais que lidam com a questão dos recursos hídricos. Além disso, temos, nas cidades, ambientalistas locais e órgãos de governo, tanto em níveis estadual e federal como também, e principalmente, órgãos locais.

O objetivo desse comitê de bacias, à semelhança do que temos na França, é que tenhamos realmente uma assembléia onde as grandes decisões políticas sobre recursos hídricos sejam tomadas. Para que esse comitê seja efetivo em sua ação política, há necessidade de termos, junto com o comitê, uma agência de bacias. Essa agência de bacias é o braço executor da política decidida nesse comitê. Essa é a configuração da política de recursos hídricos que temos na França e que vem sendo reproduzida, com algumas diferenças, aqui no Brasil, através dos Comitês de Estudos Integrados de Bacias, a exemplo do que estamos implantando no Estados de Minas e Espírito Santo e na região do rio Doce.

Na França, como aqui, essa questão passa por uma definição de recursos financeiros. É por isso que a agência de bacias, na França, é uma agência financeira. Ela gera recursos financeiros que são estabelecidos, produzidos numa política do princípio do usuário pagador e do poluidor pagador. Aquele que usa a água paga pelo seu uso, aquele que a polui paga pelo dano causado a ela, sem que esse pagamento signifique direito do poluidor de poluir. Então, a filosofia da gestão política dos recursos hídricos, através de bacias hidrográficas na França, está fundamentada nessa estratégia de implantação de comitês e de agências de bacias e implantação do princípio do usuário pagador e poluidor pagador.

Além disso, é fundamental que se entenda que a questão, para ser enfrentada politicamente, precisa passar por dois níveis importantes: primeiro, é o nível técnico, que caracteriza, com muita clareza, quais são os problemas enfrentados pela bacia, quais são os problemas de quantidade e qualidade de água e quais são as fontes de poluição existentes na bacia. Essa é uma questão técnica importante, e nós não podemos enfrentar a questão política se não assumirmos tecnicamente o problema ambiental dos recursos hídricos, de fontes de poluição existentes dentro da bacia.

O problema da avaliação do diagnóstico ambiental - como a qualidade e a quantidade da água - é uma base fundamental para uma estratégia de política de gestão ambiental de bacias hidrográficas.

Um outro ponto que me parece fundamental é a questão da solidariedade de todos os

setores que vivem na bacia e da bacia, que é a questão da gestão integrada, numa perspectiva ambiental.

Se nós não tivermos uma mobilização de todos aqueles que têm interesse, como usuário ou não dos recursos hídricos ou da bacia, nós corremos o risco de buscarmos a implementação de cima para baixo de uma política de recursos hídricos e ambientais que não esteja em sintonia com as aspirações e as perspectivas dos usuários locais, especialmente dos agentes políticos locais, especialmente dos Srs. Prefeitos, Vereadores e lideranças comunitárias. Todos têm de ter compromisso com essa estratégia; todos têm de sentir a importância dela.

Portanto, o comitê de bacias tem um papel mobilizador importante. Ele tem o papel de conscientizar e de mobilizar a sociedade para que esta sociedade entenda que o compromisso com a questão maior da gestão ambiental da bacia não é uma responsabilidade exclusiva de governo, mas é uma responsabilidade solidária de todos os líderes de governo: Prefeitos, Estados, União e, também, do poder público e do setor privado, da sociedade como um todo.

Esse esforço de conscientização, de mobilização e de comprometimento de todos com uma estratégia mais global é fundamental. É uma tarefa absolutamente indispensável para que a gente consiga implementar o esforço de política integrada como o que se pretende e se deve ter no nível das bacias hidrográficas.

Eu gostaria de encerrar as minhas colocações, aqui, insistindo na importância de reuniões como esta que são promovidas pelas Assembléias Legislativas, pelos Deputados, e de se fazer com que, através dessas reuniões, dos usuários e das diversas instâncias políticas, nós possamos ter um esforço de conscientização sobre a importância dos recursos hídricos e a necessidade de buscarmos uma política efetivamente comprometida com a preservação e a conservação dos recursos hídricos no nível das bacias hidrográficas.

Quero concluir dizendo a vocês, especialmente aos parlamentares, aos Srs. Prefeitos e Vereadores que estão aqui presentes, que uma estratégia de gestão ambiental de recursos hídricos através de bacias hidrográficas não é uma preocupação conservadora, imobilizadora e de engessamento do desenvolvimento econômico numa perspectiva exclusivamente de conservação de recursos hídricos. Ela é uma estratégia de desenvolvimento sustentável.

Não é possível pensar numa política de recursos hídricos, tanto na sua perspectiva de qualidade quanto na de quantidade, se não pensarmos a unidade de bacias hidrográficas e se não nos comprometemos com uma estratégia de desenvolvimento sustentável.

Não é possível pensar numa política de recursos hídricos se não assumirmos, de forma decidida, a necessidade de melhorar as condições da água, a sua qualidade. Isto, no entanto, não pode ser feito sem se repensar a estratégia de desenvolvimento utilizada em toda a bacia e se não compatibilizarmos os usos conflitantes da água, tendo em vista seus diferentes empregos e a diversidade das demandas da sociedade. Para a consecução desse objetivo, para que a assembléia da água seja realmente o espaço da negociação, é indispensável que tenhamos a conscientização, a mobilização de toda a sociedade e, acima de tudo, a confiança de que, dentro dessa perspectiva integrada, podemos somar esforços para que o desenvolvimento econômico seja garantido, mas, de outro lado, possamos respeitar e valorizar o recurso natural e estratégico. Os recursos mais estratégicos que existem, que são os nossos poucos recursos hídricos ou recursos de água doce, tornam-se cada vez mais escassos e, portanto, exigem de nós, homens públicos, e da sociedade em geral um compromisso efetivo em termos de sua política, em termos de gestão e de preservação. Muito obrigado.

O Sr. Coordenador - Antes de dar prosseguimento aos nossos trabalhos, esta Coordenação devolve a palavra à Presidência da Mesa.

Registro de Presença

O Sr. Presidente (Deputado Reinaldo Moura Ferreira) - Esta Presidência queria registrar as presenças dos Deputados Pedro Alcântara, da Assembléia Legislativa da Bahia; Geraldo Coelho, da Assembléia Legislativa de Pernambuco; Francisco Assis, da Assembléia Legislativa da Paraíba; Pedro Braga, 4º-Secretário da Assembléia Legislativa; e do Senador Chuck Horn, da NCSL, National Conference of State Legislatures.

Devolvemos a palavra ao Sr. Coordenador.

O Sr. Coordenador - Dando prosseguimento às atividades, anunciamos o segundo expositor desta tarde, o Dr. Vinícius Fulzeira de Sá e Benevides, Coordenador-Geral de Recursos Hídricos do Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica, a quem a coordenação passa a palavra, neste momento, pelo prazo de 30 minutos. Com a palavra, o Dr. Vinícius.

Palavras do Sr. Vinícius Fulzeira de Sá e Benevides

O Sr. Vinícius Fulzeira de Sá e Benevides - Boa tarde, senhores. É uma missão muito difícil falar depois do Secretário Octávio Elísio, não só pelos seus conhecimentos sobre o assunto, mas pela sua clareza e capacidade de transmitir os pensamentos sobre

esta questão tão importante, a respeito da qual tivemos a oportunidade, no tempo em que ele estava à frente da Secretaria, de conversar bastante.

Gostaria de agradecer a oportunidade ao Ministério das Minas e Energia, através do Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica, de participar de encontro tão importante, em cuja Presidência, no momento, encontra-se o Deputado Reinaldo Moura Ferreira, Presidente da Assembléia Legislativa de Sergipe, a quem presto minha homenagem. Cumprimento todas as autoridades aqui presentes.

Senhores e senhoras, havia preparado um lembrete para me orientar. Mas, em face do imprevisto do Secretário Octávio Elísio, abordando tema bastante amplo, além da questão específica do São Francisco, resolvemos ampliar um pouco o nosso tema, também pelo motivo de nos terem sido dados 10 minutos adicionais em relação ao tempo previsto.

Em primeiro lugar, eu gostaria de apresentar o DNAEE. O DNAEE é um órgão do Ministério das Minas e Energia que tem a responsabilidade de aplicar o Código de Águas. O Código de Águas foi aprovado em 1934. É um código que tem 60 anos no Brasil e, apesar da idade, tem conceitos bastante modernos. O nosso Código de Águas faz referência a alguns itens comentados pelo Secretário. Por exemplo, está implícito o princípio poluidor pagador, o conceito do uso múltiplo do recurso hídrico e a questão da água como um bem econômico, outra questão muito importante. Então, o código de 1934 aborda essas questões, mas, infelizmente, até hoje elas ainda não foram regulamentadas.

O DNAEE desempenha uma série de atividades. É responsável pelo sistema de informações hidrológicas do Brasil. Temos uma rede, hoje, no Brasil, de cerca de 5 mil estações, espalhadas pelas principais bacias brasileiras, onde nos chegamos, diariamente, 10 mil informações, que têm sido a base da construção de toda a infraestrutura brasileira que utiliza recursos hídricos - geração de energia elétrica, irrigação, projetos fluviais, pontes. Ou seja, não existe, hoje, no Brasil, um projeto que eventualmente tenha algum contato com recurso hídrico que não tenha recebido informações do nosso órgão. Nós prestamos cerca de 1.500 informações por ano. Para operar essa rede, damos o equivalente a cerca de 28 voltas à Terra, por ano. Utilizamos cerca de 4 mil homens e temos uma despesa mensal de US\$1.000.000,00. Se fizermos uma conta simples, gastando cerca de US\$10.000.000,00 por ano para operar essa rede e tendo uma série histórica média de cerca de 50 anos, podemos falar que, até hoje, para termos aquele número dos projetos, gastamos cerca de US\$500.000.000,00. Se pegarmos apenas um dos setores usuários, por exemplo, o de energia elétrica, que conta hoje, no País, 60.000Mw instalados e gasta US\$2.000,00 para instalar 1Kw, significa que essa rede hidrelétrica custa ao País US\$120.000.000.000,00. Se esse sistema de informações hidrológicas permitiu uma economia de 10% que seja, são US\$12.000.000.000,00. Isso significa que cada dólar investido em sistema de informações hidrológicas teve um retorno de US\$20,00, considerando-se apenas um setor.

Começo essa questão de informações. Nós falamos de gerenciamento de recursos hídricos. Se quisermos gerenciar qualquer coisa, temos que ter informações. Essa é a primeira coisa que precisamos. O Brasil, apesar do tamanho continental, conta com um sistema adequado de informações hidrológicas na área de recursos hídricos. Dez por cento da nossa rede é uma rede de qualidade de água do País. Controlamos a água que entra no País e as águas que saem do País. Temos alguns tratados de cooperação internacionais: Tratado de Cooperação Amazônico, Tratado da Bacia do Prata. Fazemos reuniões anuais e discutimos as questões hídricas com os países fronteiriços.

Outra questão é que, evidentemente, somos responsáveis, no Brasil, pela outorga dos direitos de uso da água, à exceção da irrigação. É evidente que, se vamos dar uma concessão para alguém ficar 30 anos explorando uma atividade, temos que ter um retrato, não de hoje, mas de daqui a 30 anos.

Então, nós temos que ter informações, e temos que ter informações dos diversos usuários.

Uma outra questão: somos, também, responsáveis pelos alertas hidrológicos no Brasil. Damos informações sobre as principais bacias brasileiras para a defesa civil, que fica em outro Ministério, e que entra em contato com as defesas civis. Fazemos, diariamente, um monitoramento hidrológico para verificar as eventuais cheias ou secas dos rios brasileiros. Por exemplo, o Pantanal Matogrossense: com 21 dias de antecedência, fornecemos informações para que sejam relocadas as pessoas, o gado, e sejam tomadas outras medidas.

O Secretário Octávio Elísio fez alusão ao fato de que a água é um bem econômico. O Brasil, como os senhores sabem, é o maior detentor desse bem. Nós possuímos cerca de 20% das águas facilmente utilizáveis, produto que é muito escasso. Os senhores sabem que, dos 100% da água, 97% estão nos oceanos, e 2,7%, nas geleiras. Então, sobram 0,3%, das quais o Brasil possui 20%. Por isso, temos que tomar conta desse recurso.

Eu queria fazer um breve histórico da evolução dos recursos hídricos no Brasil. Inicialmente, eles não tinham grande significado econômico. No início do século, eram

utilizados pequenos projetos de irrigação e pequenos projetos hidrelétricos. O significado maior ficava por conta da navegação. A partir do advento do Código de Águas, de 1934, cresceu em significado o setor de energia elétrica, e isso continua até hoje. A partir da década de 60, passou a ter mais significado, também, a área de irrigação.

O Governo Federal é responsável pela administração das águas de domínio federal. Como o Secretário Octávio Elísio falou, são águas que ocupam área de fronteira entre Estados ou que tomam o espaço de mais de um Estado. Na Constituição de 1988, existe a preocupação de reunir aqueles que lidam com a questão do recurso hídrico num mesmo sistema. Então, o art. 21, se não me engano, atribui à União a obrigação de criar um sistema nacional de gerenciamento dos recursos hídricos.

Antes disso, mais precisamente em 1983, houve um grande seminário internacional, no Brasil, para o qual foram convidados, além dos órgãos estaduais e federais, alguns países que vinham administrando, com conceitos modernos de gestão, as suas águas. Desse seminário foram tiradas algumas conclusões importantes. Vou citar apenas três, que, posteriormente, nortearam um projeto de lei que hoje se encontra no Congresso Nacional e que detalharei a seguir.

A primeira conclusão é a de que a água é um bem econômico, tal como o minério e o petróleo. Um país que tem água é um país que tem potencialmente resolvida uma série de questões.

A segunda conclusão é a de que as decisões teriam que ser descentralizadas. Quando falamos em descentralizar, falamos em dividir e não apenas em transferir. Essa descentralização seria feita através de comitês de bacias.

E a terceira conclusão é a do planejamento da questão da água. Os senhores sabem que os diversos usuários da água no Brasil costumam, nos seus planejamentos, planejarem em horizontes diferentes. O setor de energia elétrica costuma planejar com 20 anos à frente, e há outros setores que não planejam 1 ano à frente. É evidente que, quando se vai dar uma concessão, quando se vai fazer a gestão dessa oferta da água, temos que considerar projeção e uso dessa água nos próximos 30 anos. E só faremos isso bem se tivermos um planejamento integrado. E, em função disso, apareceu um terceiro conceito, que é a bacia hidrográfica de comunidades de planejamento.

Em 1988, com a obrigação da criação do Sistema Nacional de Financiamento de Recursos Hídricos, foi criado um grupo de trabalho pelo Presidente da República, com a participação dos diversos ministérios envolvidos com a questão da água. E, quando falamos em diversos ministérios, referimo-nos desde o Ministério da Saúde, porque a água é um dos principais transmissores de doenças, até os Ministérios do Meio Ambiente, do Bem-Estar Social e das Minas e Energia. Estiveram lá representantes da Associação Brasileira de Recursos Hídricos, foram feitos alguns seminários e, finalmente, elaborou-se um projeto de lei, que hoje está no Congresso Nacional, estabelecendo as bases de uma política nacional de recursos hídricos e criando um sistema de gerenciamento de recursos hídricos.

Em 1989, tivemos a oportunidade, dentro de um acordo de cooperação que o Brasil tinha com a França, de iniciar um projeto-piloto em que pudéssemos testar aquelas idéias. E esse projeto-piloto foi o projeto do rio Doce, a respeito do qual o Otávio fez bastantes comentários, mas que nos deu oportunidade de tentar ver se, na prática, para esse Brasil que tem diversos "Brasis", poderíamos propor aqueles conceitos. Fizemos esse projeto em três etapas. Vou detalhar isso, porque vai ser importante.

A primeira etapa foi um diagnóstico completo da bacia. Além da nossa rede de quantidade de água, colocamos quase 100 estações adicionais de qualidade de água e, pela primeira vez, tivemos um diagnóstico não setorial, mas completo da bacia. Conseguimos enxergar todas as doenças da bacia. Após terminar isso, quem coordenou as ações no Estado de Minas Gerais foi a Secretaria de Ciência e Tecnologia; no Estado do Espírito Santo, a Secretaria de Meio Ambiente, com a coordenação do Governo Federal, através do DNAEE - fizemos um seminário com ampla participação de todos, dentro do conceito de participação a maior possível, quando aprovamos aquele diagnóstico. Em função daquele documento, elaboramos um plano diretor de 17 anos, em que simulamos todas as condições possíveis para conseguirmos sanear os diversos problemas. Ao terminarmos esse plano diretor, passamos para uma terceira fase, talvez a mais difícil, porque as duas eram eminentemente técnicas, e o Brasil, realmente, nessa área, está bastante bem servido, o que é a equação financeira e institucional do problema.

Conseguimos estabelecer com metodologia bastante precisa o custo para resolver cada tipo de problema dos diferentes usos da água e fomos, então, ao conceito institucional. Hoje, não temos mais dúvida nenhuma de que os preceitos expressos no projeto de lei estão perfeitamente coerentes para o Brasil.

A idéia é formar um comitê de bacias bastante representativo. Tivemos a oportunidade, em dezembro, com a presença do então Secretário de Ciência e Tecnologia, Octávio Elísio, além de oito Ministros de Estado, de formar um comitê da bacia do rio Doce, com cerca de 80 representantes, que serão os responsáveis pela

questão da água do rio Doce e cuja posse aconteceu na primeira reunião realizada há dois meses. Na oportunidade, assinamos convênios com as secretarias e com os Estados envolvidos.

Gostaria de dizer que existe um processo de descentralização e um processo de participação iniciando no Brasil. A água é um ponto de divergência, não um ponto de convergência. Vamos ainda discutir muito sobre água.

Estamos tentando dar um segundo passo, que é aprovar essa lei, a fim de aplicarmos o princípio "poluidor pagador - usuário pagador", ou seja, captarmos recursos. Somente para o rio Doce, nesses 17 anos, necessitaremos de investimentos da ordem de US\$2.200.000.000,00, isto é, cerca de US\$100.000.000,00/ano. Se admitirmos que, com esse princípio, 50% dos recursos virão do usuário pagador, isso significa que teremos de arrecadar US\$50.000.000,00. Esses cálculos, evidentemente, serão discutidos no comitê de bacias. Se admitirmos que, na bacia, teremos alguma coisa em torno de 5 milhões de pessoas e que 50% desses recursos virão delas, teremos uma contribuição, por pessoa, de US\$5,00/ano, ou meio dólar/mês, que seria a contribuição para se resolverem os problemas da bacia do rio Doce. Cinquenta por cento desses recursos são necessários para solução de problemas que estão fora do rio, como o uso do solo, relativamente aos quais os Prefeitos têm uma responsabilidade muito grande.

Existe uma outra questão importante, que diz respeito à determinação da Constituição Federal que diz que cabe à União legislar sobre águas. Entretanto, existem águas de domínio estadual, que, evidentemente, serão administradas pelos Estados. Os Estados estão fazendo leis, e isso é muito importante, como é o caso de Minas Gerais, que já está com sua legislação estadual discutida. É muito importante a existência de uma legislação estadual e também muito importante que ela esteja compatibilizada com a legislação federal.

Gostaria de fazer um comentário sobre o modelo que está sendo proposto para o Brasil. Fomos buscar experiência num país que tem, realmente, um avanço tecnológico bastante grande nessa área, a França, onde já existe uma lei das águas funcionando desde 1964. Tal lei atua dentro de princípios como o do comitê de bacias - a água como bem econômico e planejamento por gestão, inclusive com agências de bacias funcionando. Para os senhores terem uma noção, se não me engano, a maior bacia deles tem, hoje, cerca de US\$1.000.000.000,00 por ano para investimentos em ações. Entretanto, evidentemente, somos um país completamente diferente da França. A França é um país unitário, enquanto nós somos um país federativo. Nossa organização econômica, política e social é completamente diferente. Nossa realidade é completamente diferente. Evidentemente, a nossa proposta de lei possui princípios que não são exatamente só os da França, mas também os de outros países que, desde a Conferência de Dublin, em 1992, já são consagrados, sendo quase universais.

Mas a legislação brasileira é muito específica para os diversos "Brasis". Ela dá oportunidades para que possamos contornar as diferentes realidades existentes no Sul, no Norte e no Nordeste do País. Com relação à questão da distribuição de águas, por exemplo, temos diferentes quantidades e realidades.

Em relação ao caso do São Francisco, cujas questões têm sido bastante intensas nesses últimos dias devido ao assunto de transposição das águas do São Francisco, que será explanado pelo Dr. Ciro, nós estamos tentando trabalhar para esse rio como fizemos para o rio Doce. A experiência do rio Doce, nós a estamos transferindo para outra bacia crítica no Brasil, a do Paraíba do Sul, através de convênio com a França.

Hoje, há brasileiros e franceses trabalhando no escritório no Rio de Janeiro, e estivemos recentemente na França para tentar que essa experiência francesa fosse aplicada ao rio São Francisco. Há seis meses, vimos discutindo com os franceses quanto a não abrirmos novas frentes de trabalho sem que haja outras frentes determinadas. O governo francês foi muito receptivo, e devemos estar fechando os trâmites burocráticos dentro dos próximos 30 dias, acredito.

Poderemos, portanto, fazer também um grande projeto no rio São Francisco. Vamos integrar não só o CEEIVAP, mas também todos os órgãos interessados na questão desse importante rio, de tal forma que tenhamos, independentemente da aprovação da lei, um plano diretor através do qual todos saibam onde utilizaremos os recursos do São Francisco. Investiremos em fazer um diagnóstico completo desse rio para integrar os esforços.

Hoje, existem diversos órgãos do Governo Federal que fazem estudos sobre diversas bacias brasileiras. Entretanto, fotos e detalhes são feitos sob diferentes aspectos, tendo em vista o interesse do trabalho - energia elétrica, irrigação ou abastecimento de água. Vamos tentar fazer a integração de todos os órgãos, principalmente do CEEIVAP, e temos certeza de que, dentro de pouco tempo, teremos um plano diretor. Teremos oportunidade de decidir isso. Não apenas o Governo Federal isoladamente, em Brasília, discutirá a respeito dos diversos usuários dos recursos do rio, mas também todos os que estiverem envolvidos. Essa é a disposição do Governo Federal.

Essa é a notícia em relação ao São Francisco. Não vou entrar em detalhes técnicos. Temos uma série de documentos e diagnósticos sobre o rio São Francisco, mas são

questões técnicas que não cabem num seminário deste tipo. O que podemos falar é que no Comitê do Rio Doce, que nós formamos, os próprios Estados e usuários definiram os participantes. São cerca de 84 participantes, se não me engano: são, talvez, uns 15 Prefeitos, organizações não governamentais, a sociedade civil representada pela ABAS e pela Associação Brasileira de Recursos Hídricos, os Governos dos Estados, as federações de indústrias dos Estados, as companhias de águas e as empresas de energia elétrica. Todos esses setores estão representados. O plano de utilização da bacia vai ser feito pelo Comitê do Rio Doce. Teremos em junho a primeira reunião executiva com as pessoas nomeadas agora. Do rio Paraíba do Sul também esperamos resolver algumas questões burocráticas. Com isso, estaremos atingindo, praticamente, 50% dos Estados brasileiros.

Ainda não comentei com o Theodomiro, mas, além dos cinco Estados diretamente envolvidos, gostaríamos de convidar todos aqueles Estados que sofrem alguma consequência positiva ou negativa do rio São Francisco. E, no documento que será enviado ao governo francês por via do Itamarati, constam todos esses Estados. Quer dizer, são Estados que não estão diretamente envolvidos, como o Ceará, mas que poderão participar. Assim, teremos os quatro Estados envolvidos no Projeto Rio Doce e mais cerca de nove Estados. São 13 Estados que vão trabalhar dentro deste princípio moderno: quem usa água paga pela água. A água é um bem econômico e tem de ser usada de forma ambientalmente sustentável, como foi destacado pelo Secretário Octávio Elísio. Vamos fazer um plano por bacias. Teremos um plano que será o resultado da discussão de todo o mundo. Obrigado.

O Sr. Coordenador - Dando seqüência aos trabalhos, esta Coordenação passa a palavra ao último expositor desta tarde, Dr. Guilherme de Lima Paes, Coordenador de Transporte Hidroviário do Ministério dos Transportes, que discorrerá sobre o tema "Restabelecimento da Hidrovia e do Transporte Hidroviário no rio São Francisco" e disporá de 30 minutos para sua exposição. Com a palavra, o nobre convidado.

Palavras do Sr. Guilherme de Lima Paes

O Sr. Guilherme de Lima Paes - Exmo. Sr. Deputado Reinaldo Moura Ferreira, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Sergipe, que preside esta reunião; Srs.

Deputados, senhoras e senhores, fui convidado para fazer uma intervenção esclarecendo, especificamente, o tema relacionado com o restabelecimento da hidrovia do São Francisco e do transporte hidroviário no rio São Francisco. Será uma visão muito especializada e restrita, e como o tema é econômico e terei de usar números, peço licença para usar projeções, nas quais será baseada minha exposição.

Vou organizar minha contribuição fazendo comentários sobre a atuação que teve o Governo Federal - o rio São Francisco é um rio federal, passa por vários Estados - e sobre as perspectivas que temos com a evolução dos transportes na hidrovia do São Francisco.

Escolhi esse mapa do Brasil para situar melhor o rio São Francisco e seus concorrentes, bem como os rios que servem para o transporte no interior do Brasil. Falo em concorrentes porque, num país como o nosso, pobre e com recursos escassos para investimentos, o rio São Francisco vai concorrer com outros rios na busca de investimentos.

As principais hidrovias que têm significado para o transporte do País são: no Norte, o rio Madeira com parte do rio Solimões; o rio Araguaia, muito promissor para escoamento da produção de grãos do Mato Grosso, com direção para o norte, no Porto de Belém ou, mais brevemente, no de São Luís; o rio Parnaíba, com pouca chance de utilização devido às ferrovias Carajás e Norte-Sul, esta no início da implantação; o rio Paraná com o rio Tietê, importante em virtude do intercâmbio comercial; o rio Paraguai, que vai viabilizar o escoamento da produção de soja do Mato Grosso, na parte centro-oriental; e, no Sul, o rio Taquari, de pequena extensão, com pequeno significado para o transporte, mas intensamente usado.

As hidrovias brasileiras são pouco utilizadas. Dentre todas elas, apenas os rios Madeira e Amazonas, entre Manaus e Belém, e Taquari e Jacuí têm um volume de tráfego superior a 800.000t por ano. É um volume bem modesto.

Esse é um quadro geral das hidrovias brasileiras que fazem conjunto com o rio São Francisco e disputam com ele os parques recursos que tem o Governo para investir em melhorias interiores.

Aqui, como eu dizia, uma visão rápida das condições do rio. As condições naturais são muito melhores para o norte, até Petrolina, com 580km de extensão e calados que variam de 1,5m a 1,8m. Na maior parte do ano têm 1,8m, não havendo necessidade de dragagem. No trecho para o sul, de Rio Acima até Pirapora, os calados são de 1,0m entre junho e outubro e, nos outros meses, de 1,5m. Essas são as condições naturais, sem intervenção.

O Governo Federal, há muitos anos, mais ou menos um quarto de século, investe no rio e procura manter sua profundidade por meio de dragagem e aprofundamento. Essa dragagem objetiva manter no trecho a profundidade permanente de 1,5m.

Os outros números aqui são o custo médio que se pode e se deve gastar com a dragagem

do rio. Algumas instalações que existem no rio São Francisco, também construídas com o objetivo de transporte, como em Juazeiro, estão aqui com suas características principais. Não sei se estão bem visíveis, mas não são de grande importância. Vou passar rapidamente por causa da escassez de tempo que temos. O Porto de Pirapora é um porto pequeno, construído no extremo sul do rio, que tem capacidade, principalmente, para movimentação de graneleiros, que transportam a carga mais significativa que passa pelo rio.

Este é o mapa da área de influência do trecho navegável, que mostra a área de influência para transporte. O trecho navegável vai de Juazeiro e Petrolina a Pirapora.

Vejam agora o que tem feito o Governo Federal com o objetivo de preparar o rio para o transporte. Inicialmente, para termos uma noção do papel do transporte hidroviário no interior e da importância que recebe do Governo, temos aqui um gráfico que mostra a participação percentual dos diversos modos de transporte no consumo dos investimentos do Governo Federal.

As barras pintadas de vermelho mostram a participação do setor hidroviário. É bastante eloquente o gráfico, e não precisamos fazer muitos comentários sobre ele.

Mesmo agora, com o Governo Federal muito atento à importância do transporte hidroviário no interior, principalmente pela necessidade conhecida de todos de escolher os preços mais baratos por causa da produção de grãos que se interioriza no País, é muito difícil para a União investir e aumentar, até mesmo relativamente, a participação do setor hidroviário nos transportes do interior, devido às grandes dificuldades e à degradação desses transportes no País. Ao mesmo tempo que há conveniência de melhorar os investimentos nos transportes hidroviários, há necessidade premente de investir também nos outros meios de transporte.

A consequência imediata dessa pouca participação dos investimentos no setor de transporte hidroviário, no interior, está clara nesse gráfico em que a linha azul se confunde com o eixo horizontal, que significa a participação da navegação no interior. Mas não é só devido à falta de investimentos. Há também falta de tradição e a inegável falta de carga de vocação hidroviária no País, que só agora começa a aparecer. Com força, mas só agora.

O transporte, como comentei agora há pouco, é uma atividade eminentemente econômica. A preocupação do Governo com relação ao rio São Francisco é apenas propiciar aos que querem dele usufruir ou dele se utilizar como transporte e como hidrovia condições de atender a essa necessidade. Montei, aqui, um gráfico que mostra o retorno que pode ter o esforço que o Governo Federal faz em relação ao aproveitamento do rio São Francisco.

De qualquer maneira, o Governo Federal já aplicou no São Francisco cerca de US\$240.000.000,00, distribuídos da seguinte forma: US\$200.000.000,00 para a construção da indústria de Sobradinho; gastamos US\$10.000.000,00 em derrocamentos, principalmente no trecho abaixo de Sobradinho, que estendeu a hidrovia por mais 40km, até Petrolina e Juazeiro. Para manter a profundidade através de dragagem de manutenção foram empregados, em média, durante 25 anos, US\$1.500.000,00 por ano. Temos, então, um total de US\$240.000.000,00 aplicados.

Vejam, então, o seguinte: o valor da tonelada por quilômetro transportado nas hidrovias varia entre US\$0,012 e US\$0,020, números teóricos que, naturalmente, variam em função das condições das hidrovias que propiciam melhor ou pior comboio para um transporte mais ou menos econômico. Então, se essa tonelada por quilômetro for multiplicada pela extensão da via, com 1.370km entre Juazeiro e Petrolina, cada viagem de uma tonelada entre os extremos do trecho navegável do rio valeria US\$16,5 a US\$27,5, que seria o valor do serviço do transporte prestado.

Então, se admitirmos que os investimentos feitos propiciam uma economia no transporte de US\$5,00 por tonelada, esse seria apenas um número para exercício. Reparem que esses valores de US\$16,00 e US\$27,00 são números de um alto benefício que, portanto, facilita um exercício a favor da viabilidade dos investimentos feitos.

Então, se esses investimentos tivessem um retorno, em cada tonelada, de US\$5,00, para haver uma taxa de retorno de 10% ao ano, ou seja, para nos pagar US\$24.000.000,00, que é o custo de oportunidade do investimento feito, é quanto se estaria pagando de juros pelo dinheiro lá aplicado. Teríamos que ter uma movimentação de quase 5 milhões de toneladas por ano. Logo mais, vou mostrar a movimentação que se tem verificado.

Se fizéssemos esse mesmo exercício, mas dispensando a indústria de Sobradinho, que significa quase tudo investido, teríamos 920.000t por ano para compensar. Nunca trafegou pelo rio São Francisco um transporte com capacidade para esse volume.

Se pensarmos em manter um gasto de US\$1.500.000,00 por ano e esquecermos o que já está investido, que já é fato consumado, serão 300 mil toneladas por ano. Compensaria essa produção.

Até hoje, o rio São Francisco nunca apresentou nada parecido. No entanto, o Governo

Federal deseja continuar mantendo os investimentos no rio, pelo menos a média de US\$1.500.000,00 de dólares por ano, para sempre colocá-lo à disposição dos transportadores que dele queiram se servir.

Agora, vou passar os dados do que aconteceu com a presença e com todo o esforço que fez o Governo Federal no rio São Francisco. A minha intenção é passar números que sejam realistas, que expressem todo o nosso raciocínio, para pensarmos, exatamente, o que se pode fazer com o rio. São dados objetivos sobre o que acontece, de fato. (- Faz projeção de transparências.)

Aqui está a movimentação de carga feita pela FRANAVE de 1980 a 1994. Os senhores sabem que o Governo Federal cuida da hidrovia em dois lugares do País, no Amazonas e no São Francisco. Conserva apenas uma companhia estatal para operar o transporte. O plano do Governo é deixar o transporte por conta da iniciativa privada. Das duas companhias de transporte, uma delas, a FRANAVE, é mostrada aqui, no quadro. É mostrada a carga movimentada por ela durante esses 14 anos. Essa estatística tem um defeito porque mostra só a carga movimentada, mas é assim que a companhia apresenta os resultados, quando o correto seria apresentar as toneladas por quilômetro navegado, porque, simplesmente, as toneladas não expressam o valor do serviço prestado, por estar ausente o dado da distância. Mas toda essa produção pode ser considerada como referente ao total da via, de ponta a ponta. Notamos um certo aumento da produção, de 1986 até 1989. É que grande parte do movimento de transporte não foi executado em toda a via, mas só de Iboitirama a Juazeiro e Petrolina. O trajeto é a metade do percurso total. Podemos considerar que a média de carga no trecho total da hidrovia tem-se mantido em 50.000t/ano.

Temos, abaixo, outros dados sobre a capacidade, principalmente a dinâmica da frota, o que nos dá uma idéia da sua utilização, que, em comparação com o quadro de cima, é muito pequena. A eficiência da empresa não tem sido animadora.

Esses são outros dados interessantes relativos aos transportes, porque são dados coletados na eclusa de Sobradinho. São dados estatísticos que retratam toda a movimentação de transportes na via e, por isso, dão idéia da carga transportada entre os extremos do rio nos três últimos anos.

O quadro serve para mostrar, novamente, quão distante está a movimentação alcançada da que seria compensadora para os investimentos feitos no rio.

O meu objetivo foi demonstrar rapidamente aos senhores que, para haver o transporte eficiente, apesar dos grandes investimentos já feitos, o interesse dos transportadores em tornar o São Francisco uma hidrovia teria de ser muito maior que o demonstrado até agora. O Governo não tem meios para maior volume de transporte para a hidrovia. A escolha da hidrovia tem de ser espontânea. A escolha deve recair em projetos que apresentem menores custos de transporte em obras alternativas. Entretanto, até agora, o rio São Francisco só nos tem dado esperança. Existem estudos e trabalhos elaborados para o rio São Francisco com previsões muito grandes, de cargas de milhões de toneladas. Estudos feitos em 1987 prevêem o transporte de cargas até o ano de 1996. Mas nossa experiência mostra-nos tranqüilamente que esses estudos não condizem com a realidade.

Entretanto, vou apresentar aos senhores alguns estudos sobre transporte que foram feitos recentemente pelo economista Amílcar Dumont, Diretor do PRONAVE, baseados em dados mais realistas sobre possibilidades concretas de demanda. Esses dados foram colhidos mediante um contacto direto com o mercado dos possíveis contratantes.

Os senhores podem ver que temos uma demanda de transporte no sentido Sul-Norte de 1.283.000t e no sentido Norte-Sul, de 700.000t. Tal demanda traria uma compensação para os investimentos de manutenção da hidrovia.

É claro que teríamos de fazer no rio alguns investimentos para manutenção da estrutura hidroviária. Aqui está o quadro a que me referi. (Mostra transparência.) Inicialmente temos aqui US\$246.000.000,00 aplicados no São Francisco. Para implantarmos uma navegação no São Francisco, dentro de gabaritos que permitam que essa navegação seja tranqüila, segura e com velocidade aceitável em termos comerciais, teríamos ainda de fazer muitos outros investimentos. Teríamos de fazer um derrocamento inicial de 5.500m³, cujos valores chegam a US\$3.000.000,00, mais um balizamento flutuante e sinalização no lago de Sobradinho. Teríamos ainda de fazer uma sinalização no trecho entre Pirapora e Petrolina no valor de US\$4.000.000,00. Além do mais, a represa de Sobradinho tem problemas de manutenção.

Também gostaríamos de discutir o problema energético. A represa foi construída interrompendo a navegação de um trecho do rio, e o governo está tendo dificuldades com os seus custos de operação e a sua manutenção. Acho que podemos discutir com a CHESF esse problema relacionado ao setor energético, pois a obrigação de manter a navegabilidade é de quem interrompe o rio, e, até agora, essa matéria está subordinada ao setor de transportes. A reforma da represa de Sobradinho consumiria US\$100.000,00, e além disso precisaríamos de US\$1.700.000,00 por ano para manutenção da via em condições melhores do que as existentes. Tais melhorias trariam aumento de segurança na navegação do rio e diminuição da sinuosidade do canal. Talvez não

tenhamos os mesmos gabaritos de agora, porém, teremos mais qualidade na manutenção e mais confiabilidade.

Esse é o quadro geral que gostaríamos de demonstrar neste debate. A atividade de transporte não polui as águas e pouco interfere no seu consumo. Mas, evidentemente, é preciso, para que se processe a navegação, determinado volume de água, o que exige o controle do consumo. O Código de Águas estabelece como prioridade, a qual estão subordinados todos os outros usos, exceto as primeiras necessidades humanas, a navegação. O nosso quadro de transportes mencionado aqui, até agora se insere no gerenciamento dos recursos hídricos. Especificamente no São Francisco, há um problema de vazão, que é controlado pela barragem de Três Marias. É essencial que se estabeleça certos limites para propiciar a navegação. Essa é uma exigência que não tem sido satisfeita em grande parte, por falta de uso, falta de interesse, falta de armadores e operadores de transporte da via. Até agora, essas condições não existem, mas a nossa esperança é que ela seja criada com a implantação de corredores reais de transporte. O transporte de grãos, feito atualmente pelo sistema ferroviário, poderá, então, ser feito pelo São Francisco até o porto de Vitória.

O Sr. Coordenador - Esta Coordenação passa a conceder a palavra ao Dr. Ciro Loureiro Rocha, chefe da Divisão de Águas do DNAEE, e ao Dr. Theofilo Benedito Otôni Neto, consultor independente, que discorrerão sobre o tema "Perspectivas da Interligação das Bacias Hidrográficas dos Rios São Francisco, Tocantins e Bacias Intermitentes do Nordeste", e que disporão de 15 minutos, cada um, para suas exposições. Com a palavra, o Dr. Ciro Loureiro Rocha.

Palavras do Sr. Ciro Loureiro Rocha

O Sr. Ciro Loureiro Rocha - Sr. Presidente, demais componentes da Mesa, senhores e senhoras, estamos, aqui, na qualidade de técnicos do DNAEE, trazendo uma contribuição a esse evento que reúne uma seleta platéia e já reuniu, na parte da manhã, conceituados expositores, que trouxeram grandes contribuições para discussão e reflexão. O tema "Transposição de Águas" é relativamente novo em nível de Brasil. Sabe-se que, a partir da década de 70, começou-se a falar em transposição de águas. Nós, do DNAEE, fizemos algumas avaliações, a partir de 1985, sobre alguns estudos preliminares. Destaco, aqui, estudos preliminares, porque, realmente, esses estudos não se aprofundaram na questão da transposição de águas. Considero como fundamental que se tenha em mente alguns parâmetros condicionantes, antes de se pensar nessa transposição. Vou continuar falando, aqui, para facilitar o acompanhamento das transparências.

Como podemos pensar em transposição? A partir de quê? A exemplo de qualquer outro suprimento, você passa a importá-lo a partir da hora em que você não dispõe dessa matéria. No caso, água seria uma coisa semelhante. Quer dizer, nós só vamos pensar em importar água de uma outra bacia a partir do momento em que tivermos esgotado o potencial hídrico de determinada região. As transposições, entende-se, deveriam estar inseridas num contexto mais amplo de planejamento e utilização integrada de recursos hídricos. Essa foi uma temática já perfeitamente abordada, aqui, pelos nossos palestrantes.

Considera-se, também, como um elemento preponderante, que a transposição de água seja uma opção da sociedade, não devendo ser fruto de uma decisão unilateral. Um outro aspecto importante é a discussão ampla, a participação desenvolvida e a integração setorial. Quer dizer, entende-se que um projeto da magnitude de uma transposição de água, seja ele em que bacia for, deve refletir os resultados da discussão de todos os setores envolvidos. Como uma primeira abordagem, deverá ser feita a avaliação dos impactos ambientais: transpor água de uma bacia para outra significa transpor ecossistemas diferentes. Sobre essa avaliação, realmente, não se tem nenhum estudo aprofundado das conseqüências da transposição de um ecossistema para outro. Esse é um ponto que exige maior reflexão.

Existem alguns estudos sobre a possibilidade de se transpor água para a bacia do rio São Francisco.

Vou relatar, agora, algumas avaliações que foram feitas em alguns trabalhos. Como falou o Dr. Vinícius, nós, como integrantes do DNAEE, que está preocupado com essa visão da gestão e do planejamento integrado da utilização dos recursos hídricos, temos que estar atentos para essa fotografia, de uma forma não setorial, quer dizer, uma fotografia em que estejam contemplados todos os usos da água. Sob essa ótica, pretendemos desenvolver a nossa exposição enfatizando alguns pontos para reflexão e discussão do Plenário.

O que se tem conhecimento hoje é de alguns estudos que foram feitos - e volto a frisar que são estudos preliminares -, em que as questões técnicas não estão aprofundadas. Foi feita uma avaliação em 1985, quando fomos chamados a opinar sobre problemas de transposição. Fez-se um levantamento da bibliografia existente no Brasil sobre o assunto, até então. Existe um projeto em que se transpõem águas da bacia do Tocantins, levando-as ao semi-árido nordestino. Outro estudo foi feito sobre a transposição de águas do Tocantins a partir do rio do Sono até o rio Preto,

alimentando o São Francisco, e, a partir do reservatório de Sobradinho, uma outra transposição para a bacia do Piauí e Canindé. Uma alternativa seria a partir do reservatório de Sobradinho para a região do semi-árido, também, na nascente do Canindé. Outra alternativa seria a reversão de águas do São Francisco para a região do rio Vaza Barris, no vale do Itapicuru. Essa última opção, que é a que está sendo estudada no momento, é a transposição das águas do São Francisco à jusante do reservatório de Sobradinho, a partir da localidade denominada Cabrobó, levando águas até as bacias dos rios Jaguaribe, Apodi e Piranhas. Esse é um estudo feito pelo DNOS na década de 80, e hoje está sendo retomado como um projeto a ser implantado, provavelmente ainda nesta década. Isso é o que se tem hoje quanto a estudos, sobre transposição de águas.

Dentro da idéia de um planejamento integrado, entende-se que toda vez que se pensar em transpor águas de bacias hidrográficas, isso deve estar dentro de um conceito amplo de planejamento integrado, isto é, considerando-se a região como uma região de planejamento. No caso, temos, aqui, todo o polígono das secas, essa região marcada de verde e a região de planejamento estariam envolvendo as bacias do São Francisco e do Tocantins inicialmente. Quer dizer, para efeito de planejamento, deve-se pensar numa região como um todo, levando-se em consideração todas as suas peculiaridades, e não apresentando projetos unitários e específicos de uma microrregião. Esse é um princípio que, entendemos, deveria ser respeitado em qualquer tipo de transposição que se possa fazer.

O que se constata hoje na bacia do rio São Francisco? O que existe hoje? Temos a própria bacia do rio São Francisco - como já foi dito hoje, no período da manhã - onde, segundo estudos CODEVASF, estimam-se em cerca de 800.000ha as áreas potencialmente irrigáveis, mas apenas aproximadamente 150.000ha estão em operação atualmente.

Nas bacias onde se pretende implantar um sistema de transposição a partir das águas do São Francisco, sabe-se, hoje, que as áreas potencialmente irrigáveis seriam da ordem de 812.000ha. Mas as áreas que têm recursos hídricos próprios para se fazer a irrigação atingem 247.000ha e, hoje, têm em operação apenas cerca 10.000ha. Isso é uma constatação, é o que se vê hoje na bacia.

Em termos de aproveitamento hidrelétrico, o que temos hoje? Temos, aqui, nas nascentes, Três Marias, no Estado de Minas; descendo, Sobradinho; projetados, Orocó e Ibó, Itaparica; já em operação, Moxotó, Paulo Afonso e Xingó, e Pão de Açúcar. Esse é o quadro de aproveitamento hidrelétrico na bacia do São Francisco. É o que se constata hoje.

E esse, aqui, seria o trecho do sistema adutor em que está sendo discutida a transposição, o trecho adutor principal, e que estaria levando as águas do São Francisco até o semi-árido nordestino. Esse é o retrato que se tem hoje, ou seja, a transposição do São Francisco a partir do Cabrobó, derivando, inicialmente, uma vazão de 50m³ por segundo e, para a previsão do projeto final, da ordem de 280m³ por segundo.

A partir dessas constatações, que seria o que chamamos o retrato da bacia, o que se pretende? Constatou-se que:

a) existe um potencial hídrico subaproveitado no semi-árido, em particular, nas bacias do Jaguaribe, Piranhas e Apodi;

b) havendo uma intensificação no ritmo de implantação dos projetos existentes de novas áreas irrigadas no semi-árido, o potencial das bacias do Jaguaribe, Piranhas e Apodi estaria aproveitado integralmente a partir do final da década de 90. Evidentemente, expansões adicionais necessitariam da reversão de águas do São Francisco;

c) no médio e submédio São Francisco, a totalidade dos 800.000ha abrangidos pelos perímetros planejados conta com recursos hídricos perenes em quantidade e qualidade adequadas.

Continuando as constatações, nas regiões dos rios Jaguaribe, Piranhas e Apodi, os recursos locais podem se tornar suficientes, se os projetos de irrigação que estão sendo implantados se efetivarem.

A retirada de águas do São Francisco ocasionará uma perda de geração nas usinas da CHESF.

Num projeto de transposição dessa ordem, a retirada de água do São Francisco, todo o sistema de transposição será motorizado, e os bombeamentos serão necessários nos projetos de irrigação. Com isso, vai haver uma demanda e um conflito com relação à geração de energia elétrica.

O que se tem como aspecto positivo de uma transposição de águas, em especial no São Francisco? É o aproveitamento integrado de recursos naturais de água, solo e energia em nível de região hidrográfica do Norte e do Nordeste, visando alcançar, em médio e longo prazos, desenvolvimento regional mais equilibrado ou incentivo para irrigação das águas do São Francisco na sua própria bacia e em bacias vizinhas, uma vez esgotado o potencial hídrico economicamente aproveitável. A compensação das perdas na

geração do complexo de Paulo Afonso, com energia da Amazônia, seria transferida por meio de interligação de energia elétrica dos sistemas do Norte e do Nordeste. Em vez de se transpor água do Tocantins para compensar as perdas na bacia do São Francisco, hoje o sistema energético interligado nas regiões Norte e Nordeste permite-nos que transportemos energia e compensem a perda de alguma forma. Essa é uma avaliação preliminar.

A seleção de alternativas na solução para as bacias dos rios São Francisco, Salgado, Jaguaribe, Piranhas e Apodi merece estudos mais detalhados, haja vista a necessidade de reforço da disponibilidade hídrica nessas bacias para uma futura expansão das áreas irrigadas.

Os custos dessas obras de transposição, comparadas dentro dessa variação preliminar em relação a uma alternativa de captação no Tocantins, são aparentemente menores em face dos benefícios que poderiam advir com o aproveitamento das águas nas bacias receptoras.

Com relação aos aspectos de cautela, o que seria recomendado? Seria recomendado que projetos de grande porte, como transposições, se façam num contexto de planejamento integrado, como já foi frisado, insistentemente, por vários outros expositores.

A perenização ou o aumento da oferta de água numa região semi-árida não é condição suficiente para o seu aproveitamento racional. O que significa dizer que não é suficiente apenas colocar água numa região que é carente de água, sem proporcionar condições suficientes para que ela se desenvolva, estando embutidos nesse contexto as questões regional e de planejamento. Deve-se dar prioridade à implantação de projetos de irrigação já programados, antes de se lançar mão de custosas obras de irrigação de bacias. Isso é um aspecto de cautela. A falta de um planejamento global, de projetos estruturais, como uma transposição de propostas, pode levar a uma locação pouco eficiente dos recursos disponíveis para investimentos. A simples construção das obras hidráulicas sem o cancelamento dos entraves sócio-econômicos, políticos e institucionais poderá colocar em sério risco o sucesso do empreendimento.

Aspectos que devem ser esclarecidos: transposição "versus" avaliação dos impactos ambientais. Como é que se resolve essa questão?

Quais as diretrizes e os instrumentos previstos para o equacionamento da questão fundiária a fim de compatibilizar objetivos sócio-econômicos, intensa geração de empregos e assentamento de famílias com a realidade fundiária atual; entendimentos com o setor elétrico e retirada de águas do rio São Francisco. Como vem ocorrendo isso? E a participação da sociedade na definição do projeto de transposição? Como é que se resolve a questão do atendimento às prescrições legais contra a derivação de águas públicas?

Segundo o Código de Águas, o rio São Francisco é um rio federal, e o poder concedente deve ser chamado a participar dessa questão. A transposição de águas deve ser colocada na perspectiva de um plano estratégico de ação para a região Nordeste.

Surgem daí algumas recomendações: considerar para efeito de planejamento de recursos hídricos no Nordeste a região hidrográfica dos rios Tocantins, São Francisco, Parnaíba e bacias do semi-árido; considerar, de modo integrado, o aproveitamento racional dos recursos de água, solo e energia, tendo em vista o desenvolvimento equilibrado das diversas regiões e a preservação desses recursos naturais; colocar os projetos de transposição de bacias dentro do contexto mais amplo de um plano de utilização integrada de recursos hídricos, com visão de longo alcance, que forneça uma ordenação de prioridades e um referencial para a ação dos diversos órgãos governamentais e da iniciativa privada, articulando as políticas setoriais; dar prioridade ao aproveitamento dos recursos hídricos ainda não explorados e economicamente aproveitáveis das próprias bacias hidrográficas antes de utilizar água importada por meio de transposições; fixar, como diretrizes operativas nas transposições, a vinculação da grandeza das vazões derivadas estritamente às necessidades efetivas dos aproveitamentos implantados nas bacias receptoras.

Essa é a contribuição que estamos trazendo nesse evento para reflexão e futuras tomadas de decisão quanto às transposições de águas, em especial, da bacia do São Francisco. Obrigado.

O Sr. Coordenador - Com a palavra, o Dr. Theofilo Benedito Otôni Neto.

Palavras do Sr. Theofilo Benedito Otôni Neto

O Sr. Theofilo Benedito Otôni Neto - Exmo. Sr. Deputado, Presidente da Mesa, Reinaldo Moura Ferreira, DD. Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Sergipe; senhores representantes do povo, nos níveis municipal, estadual e federal; autoridades presentes; minhas senhoras e meus senhores, é para nós uma honra muito grande participar deste evento a convite da Assembléia do Estado de Minas Gerais. E, como uma modesta e pálida contribuição que representa uma forma de mostrar nossa gratidão por esse convite, passamos às mãos do Sr. Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, Deputado José Ferraz, um resumo muito ligeiro de 15 dias de trabalho em que compilamos alguma matéria relacionada com o tópico "Transposição de vazões para as principais bacias carentes do Nordeste brasileiro".

Ele fará uso dessa publicação da maneira que achar mais adequada.

Passamos, também, uma cópia dessa publicação ao Eng^o Theodomiro, amigo de longos anos.

Essa publicação compõe-se de seis capítulos e de uma apresentação inicial. Capítulo I - A ecologia das bacias hidrográficas, degradação e regeneração ambiental; Capítulo II - A degradação ecológica das bacias carentes do Nordeste e sua recuperação ambiental; Capítulo III - Conceitos básicos da transposição de vazões para as bacias carentes do Nordeste importadoras de deflúvios; Capítulo IV - Conceitos básicos da transposição de vazões, considerando as bacias exportadoras de deflúvios; Capítulo V - Problemática para a transposição de vazões para as bacias carentes do Nordeste; Capítulo VI - Considerações finais e sugestões.

É uma matéria resultante de 20 anos de estudos, de trabalhos e de pesquisas. Ficamos pesarosos pelo fato de o jovem representante do DNAEE, que falou antes de nós, não se ter referido a esse longo trabalho de 20 anos, realizado por nordestino cearense, que se preocupa com esses problemas e vem publicando esses assuntos em revistas oficiais. Caso ele queira, poderemos encaminhar-lhe toda a matéria referida.

A publicação em nossas mãos ficará para apreciação dos senhores. Ela já foi entregue ao Presidente da Assembléia. Nela consta lista bibliográfica que sugiro seja lida pelos colegas do DNAEE.

Podemos nos expandir com essa desenvoltura visto que muitos desses colegas passaram pelos bancos da Escola de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro onde lecionava. Esta a razão de nossa forma de falar, um tanto informal, pelo que pedimos desculpas.

Procuraremos ser rápidos para atender à disposição regulamentar do coordenador dos trabalhos. Por uma questão disciplinar, pretendemos acatá-la. Dispomos de menos de 15 minutos improrrogáveis.

Restringiremo-nos a algumas considerações muito rápidas, transcritas, algumas delas, no Capítulo VI-Considerações finais e sugestões. No item 6.1 deste capítulo, escrevemos: "Em fins da década de 70, tivemos a oportunidade de entregar, pessoalmente, em mãos do Ministro Andrezza, em Brasília, o dossiê sobre estudos preliminares, referentes às principais bacias carentes do Nordeste, com exceção do rio Apodi, que é de fácil solução porque na época não tinha o desenvolvimento que hoje possui, envolvendo estimativas de custos, de pré-dimensionamento, etc. Por estranha coincidência, previmos, na época, há 20 anos atrás, a derivação de 60m³/s, do rio do Sono, a bacia do Tocantins, sendo 10% desse total correspondente a perdas em trânsito. Esse curso de água é afluente da margem direita do rio Tocantins.

Para que se tenha idéia do trabalho que realizamos com nossa equipe, há 20 anos, com base em pessoal técnico da Escola de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, chegamos aos seguintes números: potência máxima absorvida de 2.500MW, potência gerada nas usinas reversíveis de 1.555MW, custo anual relativo ao metro cúbico de água transposta de US\$0,12, etc. Foi um trabalho amplo e consciencioso, que consumiu muito tempo e que foi publicado na revista "Defesa Nacional", órgão oficial das Forças Armadas Brasileiras, há cerca de 15 anos. Poderá ser encontrada, também, na biblioteca do Departamento Nacional de Obras contra a Seca, uma publicação muito bem feita sobre essa mesma matéria, como também um opúsculo publicado pelo Clube de Engenharia do Rio de Janeiro, onde fomos convidado para uma apresentação desse assunto. Esse material está à disposição de quem dele necessitar.

Não vamos gastar tempo lendo, porque o tempo é curto, e o Sr. Coordenador é muito rígido em matéria regulamentar. Por uma questão de ética apenas, achamos que conviria, pelo menos, que se citassem, como é comum ser feito, os trabalhos referidos. Aqueles realizados por nossas equipes - como o que agora estamos apresentando à Assembléia Legislativa de Minas Gerais e à CIPE - São Francisco se resultaram de esforço idealístico ditado pelo desejo de sermos úteis ao nosso Nordeste. Estamos citando agora esses trabalhos, realizados anteriormente para ficar demonstrado que a problemática que hoje está preocupando as comunidades políticas nordestinas vem merecendo nossa atenção e estudos há cerca de 20 anos, não como consultor independente, mas como pesquisador, como professor universitário e como um indivíduo que acredita que as coisas devem ser feitas com honestidade, idealismo e sinceridade.

Embora pertencendo à tradicional família mineira, com raízes no Serro, tivemos o privilégio de vir ao mundo em Orós, no Ceará, nos bons tempos do ilustre paraibano, Presidente Epitácio Pessoa. Meu pai, Augusto Benedito Otôni, mineiro de Baependi, engenheiro diplomado nos Estados Unidos, fazia parte da equipe contratada para lá trabalhar no até hoje insolúvel problema de combate às secas. Talvez daí se explique nossa atração pela água e pelas secas do Nordeste, das quais somos um persistente estudioso.

Fazemos uma ligeira apreciação, resumida no trabalho atual, dos aspectos acadêmicos da questão quanto à parte ecológica e à parte ambiental. Estamos preocupados porque estamos constatando que os condicionantes da transposição de vazões estão sendo

enfocados de maneira muito setorial e deveriam ser tratados de maneira mais holística. Em cada subcapítulo tecemos resumo ligeiro sobre os tópicos mais significativos tratados no capítulo básico. Por exemplo, no Capítulo VI.3, as considerações finais mais sugestivas sobre a matéria apresentada no Capítulo 1 - A ecologia das bacias hidrográficas; degradação e regeneração ambiental são referidas de forma resumida em alguns itens apenas. E assim por diante, cobrindo os cinco capítulos constantes na monografia.

Sobre o Capítulo III, existem bibliografias interessantes. A transposição de vazões tem trazido muitos problemas para os EUA, México, Rússia, etc. Não devemos cometer os mesmos erros. Atualmente, sabe-se que o problema básico é de natureza ambiental, holística ou universal. Foi modificada a antiga sistemática de 50 anos atrás, válida para a Califórnia, para o sul da Rússia e para o México. Na época e nesses países, como em outros, desejou-se realizar a transposição como talvez esteja se pensando em fazer no Brasil, hoje em dia: quantos hectares de terra irrigada, quantos metros cúbicos de água para o abastecimento, etc. Integrar esses valores e concluir sobre o quantitativo da vazão a transferir. Não é assim que se faz hoje em dia.

No capítulo III - Conceitos básicos da transposição de vazões para as bacias carentes do Nordeste importadoras de deflúvio -, as bacias referidas são as mais sacrificadas. Os usuários do São Francisco devem ter se assustado vendo a possibilidade de águas da bacia serem levadas para outras bacias, sem maiores explicações. Eles querem saber como vai ser isso, por que e como vai ser. E têm toda a razão. Por outro lado os usuários das bacias carentes do Nordeste têm toda a razão em querer solucionar seus problemas, que são muito mais sérios do que se pensa.

No Capítulo V, selecionamos o seguinte resumo: item 1: as bacias hidrográficas serão umedecidas; umedecer e não perenizar, porque seca é um problema de terra e não de água somente. Morre gado em terrenos localizados a 2km do rio São Francisco. A importação de vazões deverá atender aos Estados do Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte. Não estão incluídas as bacias do Estado de Pernambuco. Por estarem localizadas na grande bacia do São Francisco, elas poderão, todavia, ser também umedecidas, aproveitando facilidades a serem implantadas para se promover a transposição de vazões referidas, se a captação de água for em Cabrobó ou no reservatório de Sobradinho - PE. Não vamos usar água do São Francisco para transpô-la para dentro da sua própria bacia. Elas devem ser umedecidas, porém dentro desse conceito de serem bacias próprias da grande bacia.

Item 2 - Definida a viabilidade política do empreendimento, o umedecimento das bacias carentes do Nordeste deverá ser realizado atendendo à realidade nacional e aos superiores interesses do País e do Nordeste; após a utilização dos recursos próprios das bacias a serem beneficiadas; enfocando holisticamente os problemas a serem resolvidos e visando valorizar a qualidade de vida das comunidades nordestinas, através da implantação de sistemas atuacionais prudentes e flexíveis, gerando impactos ambientais previsíveis e controláveis, a partir de esquema emergencial imediato que vise à recuperação ecológica urgente dos ecossistemas degradados. Esse é o grande problema. O problema das bacias carentes é um problema de recuperação, de revitalização ecológica. Não é um problema de custo e benefício. É muito mais sério do que isso. Futuramente será, mas no momento, não. No momento, o problema é resolver com a urgência possível a revitalização ecológica dessas bacias.

O desenvolvimento socioeconômico das bacias deverá ser equacionado em Plano Diretor de Umedecimento das Bacias Carentes do Nordeste, a ser definido com a participação das entidades interessadas na matéria, com a consulta e conhecimento das comunidades a serem afetadas. Deverá atender à conservação do meio ambiente.

Tais problemas, meus senhores, estão acontecendo porque, até hoje, o Nordeste vem sendo tratado de uma maneira inadequada quanto ao aproveitamento de seus recursos naturais. Está aí o resultado. Entretanto, não podemos nos queixar, porque a natureza é sábia, ela sabe o que faz. É o que chamamos em ecologia de efeito bumerangue.

Item 3 - Não vamos lê-lo, porque é uma parte mais tecnológica e o tempo urge.

Item 4 - As atuações imediatas destinadas à implantação das obras emergenciais de transposição de vazão poderão ser mais simplificadas, deverão ser construídas com prontidão, segurança e flexibilidade, levando-se em conta o desenvolvimento das bacias carentes, de acordo com o subitem 2.

Devemos, meus senhores, tentar desenvolver essas bacias e não continuar explorando-as inadequadamente, cada vez mais! É um erro que deverá ser corrigido com a maior rapidez possível! Manter sistema de pressão ecológica nessas bacias em estado de exaustão ambiental é um verdadeiro crime contra a natureza!

Não somos conservacionista. Somos professor catedrático da Escola de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Ministramos aulas em várias universidades e sabemos perfeitamente que o papel do planejador e engenheiro é atuar de acordo com as leis da natureza. É o que devemos fazer, de uma maneira criativa, inteligente, e não procurando ofender as forças da natureza, como normalmente se faz.

Foi-nos instado concluir a exposição, fato que lamentamos. Entretanto, como somos

disciplinado, entendemos que as ordens superiores não são discutíveis e devem ser cumpridas. Encerramos, portanto, nossa exposição, lamentando não poder trazer para os senhores mais alguns subsídios para conhecimento genérico da problemática. É pena que sejam despendidos esforços e dinheiro para se ter apenas 15 minutos para exposição de assunto tão absorvente a um plenário tão simpático e interessado. Entretanto, o Regimento nos obriga a isso e, assim sendo, vamos cumpri-lo.

O Sr. Coordenador - A Coordenadoria passa a conceder a palavra aos debatedores convidados, que disporão de 15 minutos, cada um, para sua intervenção. Antes, porém, informa ao Plenário que, após as palavras dos debatedores, todos os presentes poderão formular perguntas oralmente ou por escrito. O primeiro debatedor será o Dr. Josué Seroa da Motta, Coordenador Estadual de Projetos da EMATER-MG. Com a palavra, o nosso convidado.

Palavras do Sr. Josué Seroa da Motta

O Sr. Josué Seroa da Motta - Exmo. Sr. Deputado Reinaldo Moura Ferreira, DD. Presidente da Assembléia Legislativa de Sergipe; demais componentes da Mesa, minhas senhoras, meus senhores, meu nome, como já foi dito, é Josué Seroa da Motta. Sou engenheiro agrônomo de formação e gostaria de dar um enfoque, talvez um pouco diferente do que está sendo dado atualmente no encaminhamento da transposição das águas do São Francisco.

Acredito que a transposição das águas do São Francisco, como das de qualquer outra bacia hidrográfica que possa existir, está vinculada especificamente ao processo de segurança alimentar. Já se sabe, e estão até mesmo defasadas algumas informações, da fome que grassa neste País, levando a uma situação calamitosa 33 milhões de patricios nossos.

Quando se pensa numa transposição de águas, acredito que a intenção primordial do Governo seja a reversão desse processo que estamos vivendo no País, que tem tudo para ter abundância alimentar, mas, devido a fatores econômicos e sociais e à má administração, está vivendo uma calamitosa situação, principalmente nos Estados nordestinos.

Minas Gerais - e posso falar nisso em nome da Secretaria de Agricultura, porque tivemos reuniões recentes com o Secretário da Agricultura e outros segmentos - absolutamente não é contra a transposição das águas do São Francisco para irrigação do semi-árido, principalmente envolvendo a irrigação de 1.600.000ha de terra.

Sabemos das necessidades dos nordestinos, mas, de qualquer forma, nós, de Minas, temos preocupações muito grandes com esse projeto, devido a uma série de fatores básicos. Primeiro, se aceitarmos como premissa a intenção de um projeto de esse, de mitigar a fome dos nossos companheiros, deveremos levar também em consideração que, aqui em Minas, temos a gênese das águas do São Francisco, já que 70% das suas águas têm origem em Minas Gerais - a vazão da foz do São Francisco gira em torno de 3.100m³/s, e Minas Gerais fornece, ao atravessar as fronteiras com a Bahia, aproximadamente 2.100m³/s. Acredito que Minas é muito importante por toda essa abundância de águas que esse rio fornece, permitindo não só a geração de energia, mas também a produção de alimentos.

Partindo dessa premissa, temos de levar em consideração o que foi dito pelo Dr. Octávio Elísio, com muita propriedade, e pelo orador que me antecedeu. Trata-se de uma visão mítica, segundo a qual o todo está na parte, e a parte está no todo. É a visão de uma totalidade, mas não perdendo de vista as suas partes. O processo maior que tem que ser enxergado dentro desse contexto da transposição das águas é o manejo integrado das bacias hidrográficas. Até hoje, nós temos sentido, de uma certa forma, uma deficiência no manejo de nossas bacias, principalmente na Região Sudeste e especialmente em Minas Gerais, que carrega o nome de "caixa-d'água" dessa região.

O manejo integrado das bacias hidrográficas é uma visão da garantia da qualidade e da quantidade de água. Transpor uma água que não existe não é possível. A natureza não produz água. Essa água que está sendo colocada à minha frente pode ser exatamente uma água que Jesus Cristo ou Nabucodonosor tomou, porque a água é simplesmente reciclada na atmosfera. Já foi dito anteriormente da pouca disponibilidade de água no nosso planeta, sendo que o Brasil possui 20% da água doce disponível. E Minas Gerais, como já disse, é a caixa-d'água da Região Sudeste e é responsável pela geração da energia de Itaipu, bem como pela geração da energia do complexo nordeste.

Levando em consideração essas premissas, devemos ressaltar a necessidade de o Governo ficar alerta para o processo do manejo integrado das bacias hidrográficas, principalmente dentro do aspecto de microbacias hidrográficas.

Quando se fala em manejo integrado, queremos falar sob os aspectos: água, solo, vegetais, enfim, todas as partes físicas bióticas e abióticas. Dentro desse aspecto, temos que levar em consideração que nós, aqui em Minas, não temos recebido recursos necessários para a estabilização de nosso regime hídrico, principalmente no alto São Francisco. Minas, hoje, tem 2/3 dos afluentes do São Francisco. A essa altura, deveria ser dada maior atenção às águas de Minas, para que possa vir a acontecer essa transposição.

Minas tem uma série de áreas que poderiam ser irrigadas. Só no alto São Francisco, segundo estudos feitos pelo Prof. Alberto, aqui presente, aproximadamente 100ha de solos poderiam ser aproveitados.

Como disse, na parte da manhã, o Prefeito de Três Marias, Manuel Castelo Branco, o alto São Francisco não recebe a atenção devida por parte do Governo na manutenção das suas nascentes e no manejo adequado de suas bacias hidrográficas. Caso não haja uma reversão dessa situação política, teremos sérios problemas no futuro, em termos de vazão e de preservação de nossa biodiversidade, pois as lagoas responsáveis pela estabilização dos rios estão secas, além de haver uma série de ações provocando a devastação das matas ciliares, das matas de toco, das matas de recarga e das matas de fundo de vale. E nada disso é tratado. Acho que, quando pensamos em problemas de irrigação e de manutenção de água, temos de pensar na preservação das microbacias hidrográficas. É através dos pequenos afluentes que se fazem os grandes afluentes. E esses grandes afluentes é que vão dar vazão ao São Francisco.

Acontece uma coisa muito interessante, quando se fala em água. A água é produzida em termos de precipitação pluviométrica, mas é armazenada no solo. Em cada setor agrícola, existe o armazenamento da água junto com a parte de engenharia civil. No momento em que houver uma cobertura adequada, um manejo adequado do solo, teremos, praticamente, garantidas as vazões do próprio rio e as recargas dos lençóis subterrâneos, que são responsáveis por tudo o que acontece no rio. Infelizmente, o assunto não vem à baila, não é tratado com a seriedade que merece. Não temos, no Brasil, um plano de conservação e manejo do solo. A parte de "desertificação", entre aspas, e a parte de desmatamento estão sendo tratadas única e exclusivamente pelo aspecto técnico. A parte do desmatamento, no caso de uma população que passa fome, como, por exemplo, a do Norte, ou a parte da ocupação inadequada do solo passam pelos aspectos social, cultural e econômico. Ninguém faz conservação do solo se estiver passando fome. A pessoa tem de ocupar o terreno, mesmo indevidamente, para ter garantido seu sustento. Enquanto não verificarmos, dentro do aspecto econômico, o problema do desmatamento, do mau manejo do solo e de bacias hidrográficas, nós simplesmente faremos discussões frias, sem a presença do homem, fator essencial de todas as nossas ações. Ele não é a medida de todas as coisas, como diriam alguns filósofos pré-socráticos, mas é algo que está interligado com este grande planeta, junto com uma série de processos.

Então, minha contribuição, como engenheiro agrônomo e como extensionista, é a de mostrar que devemos estudar a transposição dentro de uma visão mais aberta, mais ampla, em termos de um manejo mais adequado das bacias e com consulta às populações ribeirinhas, para sabermos o que vai acontecer, como a Bahia está fazendo, segundo o meu amigo Theodomiro. A Bahia já está levando esse assunto para ser discutido em nível das populações ribeirinhas. Acho que Minas precisa levar esse assunto à discussão. Como Theodomiro falou, Minas, talvez, trabalhe muito em silêncio. Precisa soltar a voz e levar esse assunto para ser discutido em nível das populações ribeirinhas do São Francisco, para ver se é isso que elas querem, quais seriam as conseqüências da transposição, por que isso está acontecendo.

Por que está acontecendo? Por que não se está dando incremento às ações que já se comprovou serem economicamente viáveis em termos de irrigação em Minas Gerais? Pelos dados que nos chegaram, sabemos perfeitamente que a transposição do São Francisco, que passa por Minas Gerais, conforme já dissemos, vai trazer um consumo de energia de uma magnitude tamanha que representaria, talvez, a geração de três usinas de Três Marias. A que preço sairia essa água para irrigação? A US\$10.000,00 por hectare, 1.600.000ha de terra irrigada sairiam a US\$16.000.000.000,00, mas a transposição das águas sairia a US\$2.100.000.000,00. Seriam gastos US\$18.000.000.000,00 dentro de uma perspectiva pouco conhecida, porque o projeto até hoje não é bastante transparente.

Então, a nossa colocação básica, especialmente dentro da extensão rural, é que precisamos conhecer melhor esse projeto, discutir melhor esse projeto com a sociedade e enfocá-lo dentro da visão que já havíamos colocado anteriormente, que é a visão de segurança alimentar. Quando se fala em segurança alimentar, fala-se em garantia de emprego, garantia de alimento e distribuição de renda. Não é única e exclusivamente cesta básica para quem não tem condições de comprá-la. É também um resgate da própria dignidade do nosso povo, que tanto está necessitando disso. E é isso que nós, do serviço de extensão rural, tentamos fazer. Não dar o peixe, mas ensinar a pescar. Muito obrigado.

O Sr. Coordenador - Com a palavra, o segundo debatedor desta tarde, Sr. Rodolfo Leite de Oliveira, Vice-Presidente do Comitê Executivo de Estudos Integrados da Bacia do Rio Paraíba do Sul.

Palavras do Sr. Rodolfo Leite de Oliveira

O Sr. Rodolfo Leite de Oliveira - Sr. Presidente desta Mesa, Deputado Reinaldo de Moura Pereira, Presidente da Assembléia Legislativa de Sergipe, demais componentes da Mesa, estou, neste momento, representando o nosso companheiro de comitê, Dr. Klaus, que, por motivo de saúde, não pôde comparecer a esta importante reunião.

O Comitê da Bacia do Paraíba do Sul está ansiosamente aguardando que, na terceira etapa, amanhã, seja aprovado o protocolo da criação da CIPE- Paraíba do Sul, porque, na realidade, essa idéia fabulosa da criação da CIPE é o respaldo político que faltava aos comitês, para que, realmente, as suas decisões possam alcançar alguma execução. A falta de respaldo político, no caso do CEIVAP, já se faz sentir na disputa pela quantidade de água do Paraíba do Sul. Órgãos do Estado de São Paulo já manifestaram oficialmente o desejo de criar o Comitê do Paraíba do Sul na parte do Estado de São Paulo, sugerindo que Minas e o Rio de Janeiro fizessem o mesmo. Isso é um absurdo. Seria o início da guerra das águas no Paraíba do Sul. Está faltando esse respaldo político, e somente os parlamentares estaduais, que têm a visão do distrito eleitoral, porque a maioria deles vem de uma área concentrada de suas regiões para trazer o seu ponto de vista, e somente sua pressão política poderá evitar que tais disparates possam acontecer em outras regiões do Brasil.

Então, estamos aguardando e temos a certeza de que a CIPE - Paraíba do Sul virá rapidamente, para que seja o poder moderador que equilibrará os interesses dessa bacia.

O nosso Secretário Octávio Elísio, na sua exposição, enfatizou um ponto, hoje unânime na área de gestão de recursos hídricos, que é a gestão por bacia, a única forma de serem satisfeitos todos os interesses e de ser resolvida a questão físico-geográfica sem detrimento de qualquer das partes.

Também o uso múltiplo das águas tem que ser estabelecido definitivamente no Brasil, para que não ocorra o que ocorreu com as hidrovias previstas no plano nacional do antigo Ministério da Viação, que estabelecia a obrigatoriedade de se construírem eclusas a cada intervenção nos rios, para que as hidrovias nacionais realmente existissem.

O nosso Dr. Vinícius expôs o ponto de vista do DNAEE, relacionando sua fala com o projeto sobre gestão de recursos hídricos que está, lamentavelmente, há mais de dois anos em tramitação no Congresso Nacional, enfatizando a criação de comitês, o que pressupõe a gestão por bacia.

Mas há contradição aparente, no caso do São Francisco. A bacia seria estendida até o Ceará. Gestão por bacia é uma coisa que não pode ser alterada. Nesse caso, naturalmente, a visão do Governo Federal seria a interligação ou transposição do São Francisco. Mas aí há contradição até no substitutivo ao projeto de lei que está em tramitação no Congresso. Gestão por bacia não é gestão de interligação de bacia. As decisões de interligação têm que ser tomadas pelo Comitê de Bacias. Até lá, qualquer intervenção é, no mínimo, contraditória com o que o Governo Federal estabelece no seu projeto de lei.

Todos os aspectos das falas e das palestras feitas demonstram que todos nós estamos num vácuo. Não temos legislação que regulamente a matéria. A Constituição Federal definiu o que são rios nacionais e rios estaduais. No caso do São Francisco, sua calha é nacional, mas todos os seus afluentes são estaduais. Segundo a Constituição, são dez no Estado de Minas Gerais, assim como toda a água subterrânea. O projeto de lei, na sua fase atual, não contempla nenhuma forma possível de tornar compatível essa posição da Constituição, em que os rios federais são bens da União, e os rios estaduais são bens dos Estados.

Mas como haverá compatibilidade na área da criação de comitês por bacia? Que bacia será essa? Haveria bacia nacional? Haveria bacia estadual? E os comitês estaduais? Como ficaria o rio Amazonas e a bacia do Prata? Nada disso se depreende do projeto em discussão na Câmara Federal. No caso de São Paulo, a legislação já está em vigor. O Estado de São Paulo correu na frente e, no vácuo da inexistência de legislação federal, criou a sua própria. Em Minas Gerais, esta Casa já aprovou o projeto de gestão de recursos hídricos de Minas Gerais - como está aqui no projeto de autoria do ilustre Deputado Roberto Amaral -, que deverá ser entregue ao Executivo para exame e sanção. Mas a União continua sem legislação.

O que se concluiu desta exposição é que a base legal não existe. Cada um vai fazendo aquilo que é preciso ser feito. Apesar da falta de legislação, não se pode parar de fazer.

No caso de Minas Gerais, as outorgas são feitas criteriosamente e em harmonia, como disse o Dr. Octávio Elísio, com a legislação do meio ambiente. Não pode ser de outra forma. A obrigação do cidadão é seguir a legislação vigente. Mas sente-se a dificuldade, porque não é possível administrar, no caso de Minas Gerais, 10 mil cursos de água, que são considerados bens do Estado de Minas Gerais. Não é possível gerir 10 mil cursos de água com administração centralizada na Capital. Com a descentralização, a administração deverá ser feita pelos comitês ou pelos subcomitês estaduais, para que, dessa forma, como está previsto na proposição de lei do Deputado Roberto Amaral, os órgãos de gestão estadual sejam os coordenadores da administração desta riqueza imensa do Estado, que são os recursos hídricos daqui oriundos.

Em resumo, esses pontos foram os que nós julgamos os mais importantes aqui abordados pelos palestrantes. Mais uma vez, deixamos aqui os nossos cumprimentos às Assembléias

Legislativas dos Estados que compõem a CIPE - São Francisco por essa iniciativa, porque, dessa forma, estão atuando na gestão dos recursos hídricos e no amparo político a todos os Estados que participam desta CIPE. Esperamos que, em breve, tenhamos em todas as bacias importantes do Brasil as suas Assembléias Legislativas estaduais atuando juntamente, para que dessa cobertura política resultem benefícios para a gestão dos recursos hídricos do Brasil.

O Sr. Coordenador - A coordenadoria passa a palavra ao terceiro debatedor, Deputado Geraldo Coelho, da Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco, que disporá de 15 minutos.

Palavras do Deputado Geraldo Coelho

O Deputado Geraldo Coelho - Sou da malha do São Francisco, de Petrolina, sou do semi-árido, sou pernambucano e faço política há muito tempo.

Quero dizer que a minha cidade assistia, há mais de 20 anos, à passagem dos flagelados através dessas navegações do São Francisco, do navio gaiola, e vinham aqui para Belo Horizonte, São Paulo, Rio de Janeiro e Paraná. Hoje, São Paulo é, até, a cidade mais nordestina do Brasil. Por lá passava tudo isso, os homens iam, e ficavam as famílias, as mulheres e as filhas, que se prostituíam. O reencontro dessas famílias era difícil.

Mas nós entendíamos que, com o rio São Francisco, água e solo, era possível transformar a região. Politicamente, um grupo de irmãos, os Coelhos, nos debruçávamos sobre esse problema para tornar Petrolina viável.

Hoje, Petrolina é quase uma São Paulo; começa a receber os nordestinos, e ali eles param nos momentos mais difíceis. Petrolina hoje representa um lugar de trabalho, de opção, porque a irrigação se tornou um fato realmente concreto, capaz de conter o êxodo, servindo como uma cidade barreira. Não paramos por aí e, realmente, fizemos um verdadeiro sacerdócio do Nordeste, buscando a construção de açudes, aproveitando as águas interiores e levando o ensinamento da irrigação, para que os homens lá ficassem e para que não acontecesse o êxodo rural.

Muita coisa foi feita não só por influência nossa, mas por determinação dos políticos, dos homens do Ceará, da Paraíba, do Rio Grande do Norte, que construíram muitos açudes, represaram as águas para conter, também, o êxodo rural e tornar aquilo tudo possível.

Mas acontece, senhores, que nem sempre essas águas sustentam um projeto de irrigação disciplinado. A irrigação não pode faltar em nenhum momento. Alguns açudes desses, implantados no serviço de irrigação, às vezes entram em dificuldades, as plantações morrem, e há ineficiência do uso da água, seja pela falta ou porque esta fica salgada, porque o açude passou muito tempo sem sangrar e, por isso, passa a ter água de péssima qualidade. É difícil harmonizar essas coisas, porque dependemos da natureza, e, às vezes, ficamos três ou quatro anos sem chuva.

No ano passado, em 1993, tive a disposição de percorrer os sertões da Paraíba, do Rio Grande do Norte, do Ceará e do Piauí, quando grassava a pior seca do século. Queria ver se era igual ao interior de Pernambuco, um quadro dantesco miserável, o retrato do nordestino sofrido, esmagado, do nordestino que é, depois, repudiado, chamado de aproveitador do dinheiro da Nação, incapaz e incompetente. Vi tudo isso e, para mim, não era estranho, porque sei o que é isso. Voltava a Petrolina e encontrava o cenário bonito da irrigação.

Mas, senhores, é caro jogar água para irrigar, é caro jogar água para fazer comida, é caro dar dignidade a esses homens, para que eles fiquem na terra deles, sustentem suas famílias, recebam educação e trabalhem no seu lugar de origem. Barato é construir metrô em São Paulo, a US\$80.000.000,00/Km - multiplicando 80 por 70, temos US\$4.800.000.000,00. Lá no Rio de Janeiro são outros tantos; aqui em Belo Horizonte, são 20km de metrô de superfície - multiplicando por 20, são US\$400.000.000,00; em Brasília, outros tantos; metrô estão sendo construídos em todos os lugares, até no Piauí há metrô, em Teresina. Mas para quê? Sustentar populações tangidas, que deveriam estar no seu lugar.

Falou-se, aqui, mal de Andreazza, o melhor Ministro do País - não quero saber se o regime era autoritário ou o que fosse -, que esteve presente em todos os lugares, em todas as situações: no São Francisco, no Nordeste, na Paraíba, mudou a feição do Nordeste. E diziam que era ladrão! Quando morreu contou com a ajuda de amigos para sustentá-lo, e amigos mineiros. Mas não vou descer a detalhes desse caso. Ele deixou, na época, há 20 anos, um projeto pronto, elaborado pelo DNOS e por uma empresa de São Paulo que participou também, a Hidroservice, mas botaram uma pedra em cima. Aparece um mineiro agora, e tenho que bater palmas para o Presidente Itamar Franco, que resolve tirar esse projeto para levar água à Paraíba, ao Rio Grande do Norte, ao Ceará e ao Piauí - essa água que vai, verdadeiramente, irrigar e complementar aqueles reservatórios que estão lá, acumulando água de péssima qualidade e pouca para fazer projetos definitivos de irrigação. É uma complementação, é uma segurança para o nosso desenvolvimento. Mas não podemos deixar que a retórica permanente do bolsão de pobreza do Nordeste continue: o Nordeste é pesado para o Sul

do País, o Nordeste leva o dinheiro de Minas, de São Paulo. Se levasse esse dinheiro todo, não seríamos pobres, seríamos os melhores e estaríamos a assistir à miséria dos outros. Não queremos esmola; queremos dignidade; queremos que entendam que, em vez de metrô da vida, desejamos ter lá o homem produzindo, a qualquer preço, a qualquer custo. Falou-se aqui em esgotar primeiro as bacias para depois transpor. Vamos usar primeiro a água que temos, quando essa água acabar e começar a trazer dificuldades, temos os rios afluentes do São Francisco, que Minas tem mais do que nós, para barrar, para regular as descargas. E ninguém sabe quanto custou o Tocantins. Sabemos que foi o mais barato. Essas barragens são superfícies irrigáveis, são águas contidas para serem soltas, para gerarem energia também. Mas vamos ter a compensação de um País rico como um todo. Não devemos pensar miúdo ou pensar que vamos ferir um companheiro nosso por egoísmo, temos que nos dar as mãos, porque é um País todo, é um País que tem de ser igual. Temos que falar não só em unidade, mas em igualdade. As duas coisas se somam: unidade e igualdade. Chega de esmola. Vamos bater palmas para Betinho? Vamos. Mas vamos buscar a tecnologia, vamos buscar dinheiro para pesquisa agrícola, para um rendimento maior, para que o pouco dê o dobro do que dá atualmente.

Essa é a escola que o "padrinho" tem de fazer daqui para frente. O emergencial deve ser jogado de lado e substituído pela tecnologia em oportunidades como essa. Falaram de Três Marias. Fui, também, a Três Marias. Mas, os mineiros me perdoem. Vocês devem cuidar do rio São Francisco. Nunca vi tanto carvão, desgraçadamente acabando com esse rio. Vi imensos desmatamentos para manter as siderúrgicas de Pirapora e vizinhanças. Tudo isso eu vi! E vamos falar da água, que é mineira. O Jaíba tem um projeto para 90m³/s. É mais do que os 50m³/s que estamos querendo levar para a Paraíba. Já há 30m³/s sendo consumidos. Mas esse projeto é para muito mais que isso. Não sou contra, mas acho que outros jaibas devem ser feitos; outros projetos de irrigação em Minas devem ser implementados. Precisamos esgotar a primeira água. Não podemos ficar sentados, como temos estado, ao longo dos anos, no lençol de petróleo, porque o "petróleo é nosso". Gente, a água não é nossa. A água é de todos, para ser usada na busca de condições melhores de vida. As tecnologias estão aí. Hoje, são previstos 2.800m³/s para o São Francisco e para o Sobradinho. Mas quando chega a cheia, já são 10.000m³/s. Portanto, precisamos fazer as barragens, para regularizar. Vamos fazer as barragens para as águas da Paraíba e vamos fazer as barragens para resolver o problema do Nordeste.

Tenho medo de tudo que se diz na imprensa contra esse projeto. Realmente, seria uma tristeza o Presidente Itamar Franco recuar e não concretizá-lo. Estamos vivendo um momento em que o País se entusiasma com um plano que visa a baixar a inflação, com um plano de renovação do Congresso Nacional, de salvação nacional, de expulsão dos corruptos, e geraria uma grande descrença a não-concretização desse projeto da Paraíba. Esta é a hora: os representantes do povo precisam ter vontade de defender a dignidade dos brasileiros e dos nordestinos. Os nordestinos não querem apenas a unidade; querem, também, a igualdade nacional. Muito obrigado.

Palavras do Sr. Coordenador

A partir deste momento, todos os participantes presentes poderão formular perguntas aos expositores, aos palestrantes e aos debatedores, devendo, contudo, inscrever-se previamente e encaminhar a questão por escrito. Solicita-se que as questões sejam breves, sucintas e objetivas, de forma a propiciar que um maior número de participantes possa manifestar-se. Ainda visando ao melhor aproveitamento do tempo, esta coordenadoria pede licença para dispensar as formalidades das saudações pessoais, de modo que os trabalhos se processem com maior celeridade. Cada inscrito disporá de 3 minutos para a sua intervenção, devendo limitar-se a uma única questão, resguardado o direito de inscrever-se novamente.

Debates com o Plenário

O Sr. Coordenador - Com a palavra, o Deputado Francisco de Assis Quintanes, Deputado Estadual pela Paraíba, que já está inscrito para os debates.

O Deputado Francisco de Assis Quintanes - Sr. Presidente da Assembléia Legislativa de Minas Gerais, Deputado José Ferraz, lamento profundamente não ter tido a oportunidade de agradecer o convite formulado à Assembléia Legislativa da Paraíba, tendo em vista o alto nível do temário, tão bem conduzido pela coordenadoria deste evento. Quero dizer a todos os integrantes da Mesa, aos demais Deputados e aos participantes que a Paraíba discutiu, de 30/11 a 2/12/93, assuntos referentes à transposição de águas de bacias. Na ocasião, tivemos oportunidade de contar com a presença do Prof. Theofilo Otôni Neto e de outras autoridades e não esquecemos Belo Horizonte, não esquecemos a Bahia. Quero dizer ao companheiro Deputado Pedro Alcântara que vários participantes foram testemunhas da nossa preocupação quando discutimos as transposições das águas do São Francisco. Na oportunidade, tratamos, também, de desertificação. Esse problema não é privilégio da Bahia nem de Minas Gerais: é crucial em todo o Nordeste. Para dar um exemplo, Sr. Presidente, a Paraíba tem 29% de sua área do semi-árido em processo de desertificação. O Estado do Ceará tem 13%, vindo em 2º lugar. Essas informações estão contidas num trabalho do Prof.

Waldemar Rodrigues. Em nossas reuniões, evidenciamos que os mineiros e os baianos têm plena razão de se preocupar com a transposição. No entanto, eles não têm o direito de focar um projeto totalmente diferente. O que nós, paraibanos, pernambucanos, cearenses, pleiteamos é uma vazão inicial de 50m³ por segundo não para atender a um projeto de irrigação em sua plenitude, mas para atender as nossas comunidades, o nosso rebanho bovino e o rebanho de uma maneira geral. Para que os senhores tenham uma idéia, com a implantação desse projeto, teremos atendidas mais de 200 comunidades expressivamente habitadas nos quatro Estados. Na Paraíba, particularmente, temos hoje 20 cidades, apesar de terem ocorrido precipitações, sendo atendidas por carros-pipa. Tivemos uma redução do nosso rebanho da ordem de 70%. Tínhamos 1.600.000 reses. Hoje, há, no máximo, 400 mil reses. Grande parte dessa dizimação foi ocasionada pela falta de água, como muito bem disse o Prof. Theofilo Otôni Neto.

Quero, nesta oportunidade, parabenizar os Profs. Theofilo Otôni e Theodomiro por suas brilhantes colocações e pedir permissão à Presidência da Mesa para que o Prof. Theofilo Otôni possa mostrar as alternativas que estamos querendo. Queremos que vocês, de Minas Gerais, de Sergipe e, especialmente, da Bahia, nos emprestem um subtrecho do rio São Francisco para fazermos transposições alternativas e, conseqüentemente, a captação em Cabrobó. Essa água que chegará a Cabrobó já terá gerado energia tanto para Minas Gerais como para a Bahia. Existe a alternativa de transpor água de Furnas, de uma barragem que se chama Piuí, e, também, a de trazer água do São Francisco. Sr. Presidente, tendo em vista a limitação de meu tempo, gostaria que V. Exa. permitisse que o Prof. Theofilo Otôni apresentasse duas transparências. Ficarei eternamente grato à Assembléia Legislativa de Minas Gerais. Muito obrigado.

O Sr. Coordenador - Com a palavra, o segundo debatedor inscrito, Dr. José Theodomiro de Araújo, Presidente do CEEIVASF.

O Sr. José Theodomiro de Araújo - Sr. Coordenador, meus senhores e minhas senhoras: coincidentemente, sou de Petrolina, como o Deputado Geraldo Coelho. Também sou filho de um amigo de seu pai, de quem sempre fui eleitor. Mas, aqui, há uma grande diferença: o Deputado Geraldo Coelho tem um lado político e um lado técnico, pois é engenheiro civil. Neste instante, sobressai, exatamente, o lado político, por ter feito o pronunciamento que fez. Ao contrário do Deputado Geraldo Coelho, somos contra a alternativa de captação como está sendo propalada pela imprensa. A retirada de 280m³/s de água é altamente danosa ao São Francisco e ao próprio Nordeste, por motivos óbvios. Em uma primeira etapa, 50m³/s de água serão retirados até 31 de dezembro. A obra deverá estar pronta. Numa segunda etapa, que será concluída em quatro anos - é o que o Ministério, oficialmente, divulga -, deverão ser retirados 280m³/s de água, e ela deverá ser elevada a uma altura de 160m para se transpor o desvio na fronteira com o Ceará. Sobradinho foi construída para regularizar uma vazão mínima garantida, durante quatro anos, de 2.700m³/s. A partir daí, todas as geradoras de energia dependem dessa vazão garantida, e qualquer litro que se retire derruba a produção de energia firme do sistema CHESF, de forma acumulativa, em cada uma de suas barragens. A retirada de 280m³/s de água significa a derrubada da energia simples do sistema CHESF em 2,4Mw médios por ano, e a energia necessária para elevar essa vazão a 160m de altura é de 1,2Mw por ano. Isso significa 4,2Mw por metro cúbico de comprometimento de água do sistema CHESF.

Temos documentos expedidos pelo Presidente da CHESF dizendo que há necessidade de reforçar o sistema das redes que deverão suportar o sistema de irrigação e as elevatórias. Há necessidade de serem construídas mais obras para compensar essa energia. Falou-se, aqui, na transposição de energia do Amazonas, mas a CHESF tem o quilowatt gerado mais barato: US\$23,00 o quilowatt. E, com essa transposição, segundo a própria CHESF, teremos de diluir, para cada metro cúbico, US\$1.000.000,00 por ano na tarifa de energia. Vamos encarecer a tarifa elétrica. E, ainda, vamos baixar a vazão do São Francisco, correndo o risco de que as dunas de salinas, na foz, nos momentos de maré alta, possam adentrar a cidade de Penedo e danificar a qualidade da água usada para abastecimento humano e irrigação.

Achamos que a transposição é necessária. Nós só vamos resolver o problema do Nordeste quando fizermos uma transposição e uma interligação de bacias, mas é preciso fazer isso de forma séria e cuidadosa. Não se pode fazer a coisa de modo improvisado. É preciso fazer um plano diretor envolvendo as bacias do Parnaíba, do Tocantins e do São Francisco. É preciso fazer um estudo completo para daqui a 40 ou 50 anos, mas também é preciso que, anualmente, sejam definidas as etapas constantes em orçamento, inclusive preparando a bacia do São Francisco para fornecer a água necessária. Nós já poderíamos estar prontos para ceder, pelo menos, 50m³, porém fomos surpreendidos com o São Francisco despreparado para fornecer essa água. Se já tivéssemos construído as barragens, já poderíamos, a esta altura, ceder os 50m³/s. Fora isso, o rio está desarmado. A Resolução n° 5/94, da SUDENE, mostra os municípios do Nordeste que tiveram mais de cinco secas em 16 anos. Tive o cuidado de verificar, entre os Estados que compõem a bacia do São Francisco, os municípios que tiveram mais de cinco secas

durante 16 anos, e a população atingida. Pois bem, a população dos três Estados beneficiados a qual foi atingida é menor do que a que sofreu cinco anos de seca em 16 anos, na bacia do São Francisco. Portanto, precisamos, primeiro, dessedentar a nossa gente; depois, então, aquietar-nos, conforme o Deputado Geraldo Coelho, politicamente, e, então, levar água ao Nordeste. Mas, antes, é preciso saber que o São Francisco está 52% dentro do semi-árido. Por isso sou totalmente contra o meu conterrâneo, querido amigo e ilustre engenheiro Deputado Geraldo Coelho.

O Sr. Coordenador - A Coordenadoria passa a palavra ao Deputado Pedro Alcântara, da Assembléia Legislativa da Bahia.

O Deputado Pedro Alcântara - Mais uma vez, retomamos a palavra, porque, na parte da manhã, mostramos que esse projeto de transposição das águas do São Francisco é tecnicamente inviável, economicamente impossível e socialmente discutível. Vamos ler, aqui, os dados apresentados em um discurso recentemente pronunciado na Câmara dos Deputados, em Brasília, pelo eminente Deputado Prisco Viana: (- Lê:)

"Enquanto a Amazônia tem uma vazão de 202.000m³ por segundo; o Tocantins 11.300m³ por segundo; o Paraná 1.960m³ por segundo e o Uruguai 3.700m³ por segundo, o São Francisco tem apenas 2.800m³ por segundo."

Já que não consegui convencer os ilustres colegas, Deputados da Paraíba e de Pernambuco, e, também, o companheiro de Petrolina, vou apelar para a medicina, como médico. Vejo o São Francisco nesta questão como um paciente anêmico e o Nordeste como um paciente em choque. Não podemos tirar 500ml de sangue de um anêmico para curar um paciente que está em choque, porque vai acontecer o seguinte: vamos matar o anêmico e não vamos curar o que está em choque. Esta é a questão básica. Não temos água para fornecer aos Estados vizinhos. Uma parte do discurso do Deputado Geraldo Coelho é verdadeira. Vamos fazer os barramentos nos afluentes e aí, sim, poderemos complementar com a proposta do José Theodomiro: vamos abastecer com os 50m³ por segundo. Aí, teremos condições. Mas, por enquanto, isso não é possível. Não é questão de sensibilidade ou de não conhecer o problema do Nordeste, porque somos nordestinos e o conhecemos, apesar de não termos antecedentes políticos. Somos o primeiro político da nossa família e estamos, há 16 anos, nos mandatos de Vereador e Deputado estadual, e não pretendemos deixar herança política. Fazemos política por vocação. Conhecemos a problemática do Nordeste, porque ali vivemos há 46 anos.

Entendemos que a questão do convencimento do Itamar foi a seguinte, com licença dos mineiros. O Ministro Aluísio Alves disse em "off" que estava ali para fazer o projeto. Acho que quando se chega a Ministro, é preciso ter uma visão nacionalista e não regionalista. É o papel dos Ministros, quando deixam os seus Estados e vão servir à União. E o Ministro Aluísio Alves disse que estava ali para fazer o projeto. Então, ele deve ter dito ao Itamar: Presidente, V. Exa. não tem uma obra para marcar a sua administração. Está aqui. Faça isso, e os nordestinos lhe serão gratos para sempre. Deve ter sido isso. Ele deve ter convencido o Presidente, sem mostrar que o projeto é tecnicamente inviável, economicamente impossível e socialmente discutível, porque temos 450 municípios na bacia do São Francisco com 70% de carência de água. Há 10 anos, houve um assassinato duplo, a 4km das margens do rio São Francisco, por questão de água. Então, como se pode abastecer uma área que vai de São Paulo a Maceió, como se pretende, e os Estados do Nordeste, quando se mata por uma lata de água? A 2km do rio São Francisco, briga-se por uma lata de água. Temos comunidades, como a terra onde nasci, próximas do São Francisco, que não têm água para consumo humano. Nós, na sede do município, temos 6 mil habitantes e não há água para nosso consumo.

E não é só isso. Eu sei a luta que se trava para se fazer uma adutorazinha de 6km para uma comunidade. Não existe solução mágica para se levar água para a agricultura, tampouco para o consumo humano, quanto mais para abastecer rebanhos bovinos, como quer o companheiro da Paraíba. Precisamos, primeiro, "irrigar" a garganta dos que estão passando sede no próprio São Francisco.

Como a palavra da moda é excluídos, Minas e Bahia, que são os donos, estão excluídos do projeto. Não entendo isso. Fomos nós que provocamos esses debates aqui e, se fosse pelo Ministro Aluísio Alves, estaríamos de fora, a água iria embora e iríamos ficar com sede. E digo mais: é melhor esse dinheiro que aí está ser investido no São Francisco, porque, se não for, no ano 2.005, segundo estudos de mineiros, o nosso rio estará morto, será um caminho de areia, e essa situação será irreversível. Não podemos acabar com a água para depois tratar do São Francisco, como quer o eminente Deputado Geraldo Coelho. Isso é impossível. Vamos ter que colocar água no rio e, depois, levar água para os Estados vizinhos, como Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará. Assim, nós concordamos e vamos aplaudir a proposta do Governo que virá, um Governo sério e preocupado com as questões do povo brasileiro, e não este que aí está, que permite essa anarquia administrativa no País, como a ferrovia transnordestina. A transnordestina, uma ferrovia que combatemos hoje, está sucateada no Nordeste. Defendemos a reposição e a recuperação da malha ferroviária de Juazeiro a Salvador.

Mas queria dizer ao companheiro que falou sobre a questão da navegação do São Francisco que ela não existe. Ela é uma piada. Os companheiros de Pirapora e Juazeiro que o digam. O Governo não acredita na hidrovia. Não é questão de ver o São Francisco apenas como hidrovia. Precisamos discutir a questão do porto de Juazeiro, por exemplo, que se iniciou.

As decisões neste País são mais políticas de conveniência da Nação. Temos um porto em Petrolina, que é o "cotovelo do São Francisco". Todo ano é preciso dragá-lo, enquanto o porto natural de Juazeiro está por fazer.

Essas são as questões relativas às grandes decisões políticas que Juazeiro tem sofrido, porque o poder político e econômico de Petrolina superou o nosso. Mas chegou o tempo em que Juazeiro defenderá seus interesses e não mais os de conveniência, localizados, como também regionais, do Nordeste e do Brasil.

Não se pode continuar jogando dinheiro fora com propostas inacabadas. O Governo não diz de onde virá o dinheiro da segunda etapa do projeto. Vão capitalizar cerca de US\$390.000.000,00 para a primeira etapa e não se diz qual será a fonte para a segunda. Será uma obra inacabada. O que vai ocorrer? Acredito que o Presidente Itamar vai criar um pouco de juízo e não vai atender a políticos superados do Nordeste, como o Sr. Aluísio Alves. Muito obrigado.

O Sr. Coordenador - A Coordenadoria passa a palavra ao Dr. Augusto César Soares dos Santos - engenheiro agrônomo da RURALMINAS.

O Dr. Augusto César Soares dos Santos - A minha opinião é a seguinte: de qualquer modo, a água, por princípio, tem usos concorrentes, como o uso industrial, o uso na agricultura e, até mesmo, o uso no turismo. Agora, a utilização será tanto mais econômica e racional quanto mais próxima estiver a fonte.

Há poucos anos, na Secretaria de Agricultura de Minas Gerais foi elaborado um projeto prevendo a irrigação das margens de rios e reservatórios no Estado de Minas Gerais. Acredito que um projeto desses, se fosse adiante, custaria US\$5.000,00/ha, US\$2.000,00/ha ou US\$1.000,00/ha.

Nas exposições que foram feitas na parte da manhã e da tarde - algumas contra, outras a favor, já que a água tem uso concorrente, e também é uma dicotomia a transposição ou não do rio São Francisco -, nós anotamos aqui que a transposição do rio São Francisco iria irrigar uma área a um custo aproximado de US\$100.000,00/ha. Por que não irrigar outras áreas ribeirinhas a um custo mais reduzido, a US\$10.000/ha? Essa é uma pergunta que fica.

Também não quero repetir um lugar-comum, mas farei uma pergunta ordinária. Afirmou-se que o DNAEE gastou, durante 25 anos, US\$240.000.000,00 com a dragagem do São Francisco, para permitir a navegação. A dragagem é feita para retirar o assoreamento provocado pela falta do manejo integrado da bacia hidrográfica a montante. Como foi mostrado hoje pela manhã, todo o rio São Francisco está assoreado. Ora, se US\$240.000.000,00 todo ano representam uma taxa média de US\$1.000.000,00, esse recurso deveria ter sido gasto com o manejo integrado da bacia hidrográfica ou das microbacias a montante, o que evitaria a redragagem do rio todo ano, ou seja, essa redragagem, que é uma obra inacabável, doravante continuará consumindo dinheiro dos cofres públicos, que é jogado pela janela. Muito obrigado.

O Sr. Vinícius Fulzeira de Sá e Benevides - Gostaria de passar a pergunta para outro órgão, porque o DNAEE nunca fez esse tipo de serviço.

O Sr. Guilherme de Lima Paes - Inicialmente, quero dizer que os US\$250.000.000,00 não foram gastos com dragagem, mas com a construção de Sobradinho. O que afirmo aqui é que, com dragagem, gastava-se, em média, US\$1.000.000,00. O que tenho a esclarecer é que as necessidades de dragagem não foram oriundas da falta de manejo adequado das águas a montante. A dragagem se faz para confirmar a necessidade de melhor navegação. A necessidade de dragagem é um recurso, é um fato comum em todas as hidrovias que têm assoreamento e fundo móvel. É uma técnica usada normalmente em todas as hidrovias desse tipo. A dragagem de manutenção, às vezes, se faz em obras de fixação de canais, mas, com muita frequência, sem êxito, e a alternativa preferida é a dragagem. Essa é a explicação. Não sei se satisfaz ao debatedor.

O Sr. Coordenador - A Coordenadoria passa a palavra ao Dr. Theofilo Benedito Otôni Neto.

O Sr. Theofilo Benedito Otôni Neto - Vamos apresentar algumas transparências e transmitir ao Plenário nossa modesta opinião de 20 anos de estudioso da problemática. Ficamos pasmo com as opiniões e divergências apresentadas até agora. Não vemos o porquê dessa celeuma toda. Reconhecemos que o São Francisco tem realmente os seus deflúvios comprometidos. Não totalmente, hoje, mas num futuro próximo ou mais longínquo estará totalmente comprometido pelo uso de suas águas e, principalmente, pelo uso de suas terras. Não se pode falar somente em água. Temos que falar também em solo.

Mas também reconhecemos que o Nordeste está numa situação tristíssima de degradação ecológica em face de acontecimentos que durante um século vêm servindo de ferramenta para degenerar suas bacias.

É possível se derivar água para o Nordeste para atender ao umedecimento de suas bacias, visando a revitalização ecológica das mesmas, sem prejuízo dos recursos hídricos próprios do rio São Francisco. Muito pelo contrário, fazendo com que as derivações de outras bacias para o São Francisco redundem em melhoria das condições operativas desse grande rio nos aspectos de produção de energia e de diluição da poluição de suas águas.

Assim, massas de água podem ser transferidas, em Cabrobó, para as bacias carentes do Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte, sem prejuízo dos deflúvios do São Francisco e às custas de quê? Às custas do uso do São Francisco como calha fluvial, somente. Não vemos, assim, o porquê dessa celeuma. O São Francisco não deve ser sangrado em seus recursos hídricos. Ao contrário, será beneficiado. Vai ganhar benefícios: a vazão que vai ser derivada do Estado de Minas Gerais, através do barramento existente em Piuí, no reservatório de Furnas, na bacia do rio Grande, e a do Tocantins, em Goiás, vão beneficiar e crescer o escoamento do rio São Francisco, gerando mais energia, criando-lhe condições mais favoráveis de diluição, etc. Então, por que essa controvérsia, já que todos os debatedores estão lucrando, ganhando? Não entendemos. Está nos parecendo briga de compadres que gostam de discutir para se distrair.

Vamos, então, demonstrar o que afirmamos. Aqui está a bacia do São Francisco, dentro de Minas Gerais. Aqui embaixo, existe uma barragem de sela que conhecemos e que já vimos jogar água para o São Francisco. Chama-se Barragem de Piuí, nas nascentes do rio São Francisco, e pertence a Furnas. Esse reservatório já está construído há uns 40 anos. Essa barragem de sela está construída num divisor de águas secundário, numa garganta, que contém o reservatório, para evitar que, devido à elevação de águas criada pela Barragem de Furnas, seu espelho d'água transborde para a bacia do São Francisco.

Essa barragem de sela, de vez em quando, é aberta. Uma vazão razoável é lançada no São Francisco, sem nenhum problema, e ninguém briga por isso. Essa água vai para o São Francisco e percorre cerca de 3.000km de calha até o oceano Atlântico. Ao longo desse percurso, robustece os deflúvios próprios do São Francisco, gerando mais energia e promovendo maiores diluições. Passa por Cabrobó.

Essas águas não pertencem à bacia do São Francisco. Pertencem à bacia do rio Grande, que é uma bacia internacional. O Governo Federal - está aqui ao meu lado um representante do Governo Federal, com grande vivência nessa matéria - poderá negociar e decidir o uso das águas do rio Grande. O aproveitamento hidrelétrico de Furnas usa mais de 1.000m³/s de água, de descargas turbináveis. Tirar 50 m³/s dessa vazão turbinável é uma questão de negociação simples, direta, imediata e de pronta decisão do Governo Federal.

Essa água poderia ser derivada para o São Francisco, gerando energia em Três Marias, em Sobradinho, etc, e chegar a Cabrobó para ser transferida para as bacias carentes. Qual é o problema? Por que discutir?

Por outro lado, o Tocantins, meus senhores, é um rio privilegiado, é uma bênção de Deus. O São Francisco é uma bênção maior ainda. Dizem que o São Francisco é o rio com que Deus presenteou o Brasil. É verdade. A geometria e as características fluviomorfológicas do São Francisco são muito complexas. Ele é um rio que tem vários grabens. Os geólogos sabem a que eu estou me referindo. Há fortes indícios de rejuvenescimento fluvial; Paulo Afonso é um exemplo.

Basta se apreciar o mapa da bacia do São Francisco para se constatar que ele está capturando naturalmente o rio Tocantins (lagoa dos Três Rios, alagadiços no divisor de águas, disposição planimétrica da rede potamográfica, etc.).

Já está havendo, meus senhores, uma transposição natural do Tocantins para o São Francisco. Isso acontece há séculos, há milênios. Por que os acalorados debates, se o próprio São Pedro - lá de cima - já está resolvendo o problema para nós? Vamos deixar de lado esses debates e procurar ajudar São Pedro das águas para ver se ele continua a dar mais ajuda a seu colega São Francisco. São dois santos que estão se unindo para, com a ajuda interesseira e interessada dos homens, providenciar maior amparo ao nosso sofrido Nordeste. É um tipo de entendimento entre homens de boa-vontade, colaborando para melhor conjugar dois santos fortes tidos como brasileiros. Talvez, com todos esses santos ajudando, seja concretizada a tão necessária e urgente transfusão de água para nossas bacias sofridas do Nordeste, sem prejuízo algum para os lúdimos usuários do Rio da Integração Nacional, honroso título do qual nenhum outro é mais merecedor que o São Francisco.

Como se realiza essa captura natural entre as duas grandes bacias brasileiras: a do Tocantins e a do São Francisco? Existem, no divisor de águas entre essas bacias hidrográficas, na Serra das Mangabeiras, a lagoa dos Três Rios e uma região magnífica de alagadiços. O rio Sapão, afluente do rio Preto, drena uma região desse divisor de águas. Os afluentes da margem esquerda do São Francisco tendem a penetrar no divisor de águas, com disposição típica de capturado rio Tocantins. É possível acelerar a ação da natureza, fazendo com que essa captura natural, que já existe, possa ser reforçada em 50m³/s ou mais, sem prejuízo para o rio Tocantins? O Tocantins é um rio

praticamente virgem, suas águas ainda não têm utilização produtiva. Elas poderão ser úteis de imediato derivadas para o São Francisco, bastando, para tal, realizar atuação de drenagem controlada do divisor de águas. É uma questão técnica que exige estudos prudentes e envolve poucas obras.

Meus senhores, o rio São Francisco já tem águas derivadas de outras bacias para, sem prejuízos apreciáveis dessas outras bacias, serem levadas à sua calha fluvial, valorizando benefícios para o próprio São Francisco. Através do escoamento ao longo de 3.000km, tais vazões derivadas chegam a Cabrobó e, aí, são transferidas para as bacias carentes do Nordeste, após terem sido utilizadas pelos usuários da bacia do rio São Francisco, que estão, também, usufruindo desses deflúvios de derivação.

Ficou claro o que dissemos? Procuraremos mostrar isso no mapa. Se não houvesse essa captura natural, poderíamos forçá-la através do bombeamento convencional do rio do Sono para o rio Sapão. Mas nem isso é necessário. Estamos disso convencido: e isso dissemos em aula inaugural na Universidade Federal de Goiás, em 1962. Mostramos, nessa época, que o rio Tocantins é um rio capturado pelo São Francisco. Basta melhorar as condições dessa captura, aduzindo maiores vazões capturadas, no sentido de parte dessa reserva de água que está no extenso divisor de águas ter o encaminhamento pretendido, vindo para o São Francisco. Não haverá prejuízos para ninguém; e os benefícios serão de significativo valor tanto para os usuários da bacia do São Francisco como para os usuários das bacias carentes do Nordeste.

Aqui está a transposição que estamos sugerindo. Aqui estão Cabrobó, os bombeamentos convencionais para divisores de águas das bacias carentes e a divisão dessas vazões para as bacias carentes com a intromissão de duas usinas reversíveis. A usina reversível é um equipamento que impõe idas e vindas de vazões entre dois pequenos reservatórios, tendo por objetivo transformar energia pouco valorizada em energia muito valorizada, de ponta. A energia de ponta custa duas ou três vezes mais do que a energia de base. Se, realmente, usarmos energia de base do sistema CHESF para fornecê-la às áreas de consumo afim de atender a bombeamento nas usinas reversíveis, o excesso de água que vai ser transposto através do uso dessa usina reversível funcionará como bombeamento também. Nas horas de "rush", a energia mais valorizada do sistema será reforçada pelos turbinamentos nas usinas reversíveis. Com o uso destas no sistema hidroenergético de transposição, o custo da energia será mínimo, custo esse que parece ignorado. É, no entanto, a "parcela do leão" nessa problemática, ou seja: o custo de amortização dos investimentos costuma ser menor que o custo da energia. Tal esquema é usado em projetos semelhantes. Com o uso de usinas reversíveis, são atendido três problemas básicos: o sistema da CHESF é melhor equilibrado; transforma-se, embora com alguma perda, energia de base em energia de ponta; e, além disso, bombeia-se água para as duas bacias carentes consideradas mais difíceis: a do alto Jaguaribe e a do Paraíba do Norte. É possível, assim, com as usinas reversíveis referidas, umedecer mais essas duas bacias, sem prejuízo para os 50m³/s transferidos. O sistema interligado da CHESF poderá ser aprimorado através do sistema geração/consumo de energia elétrica, cuja interligação será melhor equilibrada. O problema energético é muito importante, no nosso entender. Mais do que o problema da disponibilidade de água. A água existe. Poderá vir do rio Grande ou do Tocantins. Mas o problema da energia é muito mais complexo do que se pensa. Ele tem que ser considerado dentro de um sistema elétrico antigo, com possível interligação com o sistema amazônico, que obriga a extensas linhas de transmissão. Os blocos de geração e de consumo são muito diversificados e interligados por meio de redes elétricas antigas e mal manejadas.

Desculpamo-nos junto à Mesa pelo tempo gasto; com o Plenário, pela paciência de nos ter ouvido na forma tumultuada imposta pelas circunstâncias. Obrigado.

O Sr. Presidente - Esta Presidência vai prorrogar nossos trabalhos por mais uma hora. A Mesa tem uma pergunta do Dr. Adair Júnior, da EMATER, dirigida ao Dr. Josué: "O senhor tem condições de definir o montante de recursos financeiros necessários para atender a 10% das pequenas bacias hidrográficas de Minas Gerais? Qual seria o efeito desse trabalho em termos de retorno para a sociedade?"

O Sr. Josué Seroa da Motta - Aproximadamente, cada 1.000ha de bacia hidrográfica sai por US\$100.000,00, segundo estudos realizados por nosso colega Maurício Fernandes. O retorno social-econômico é inestimável, assim como a preservação ambiental. O que temos hoje é, exatamente como foi dito pelo Prof. Theofilo Otôni, o problema de disposição de água. Não acredito em transposição de água de bacias hidrográficas sem o trabalho de preservação das microbacias. Acho que, sem entrar nesse processo, não vamos ter a mínima possibilidade. Acho que esse é o maior ganho que vamos ter. A exposição do nosso colega da RURALMINAS, que entendi perfeitamente, é com relação ao problema da dragagem, não dragagem de correção, mas a dragagem que é fruto de assoreamento, que é fruto do manejo inadequado do solo e que poderia ser corrigida. Assim sendo, o dinheiro gasto em dragagem deixaria de ser gasto, já que o assoreamento diminuiria bastante. Teríamos, inclusive, aumento de vazão, que é um problema de navegabilidade do São Francisco, pois sabe-se que, de vez em quando, a

lâmina d'água baixa - os estudos batimétricos mostram isso -, impedindo a navegabilidade do rio.

O trabalho com microbacias hidrográficas vem exatamente ao encontro disso: teríamos uma retenção de água, provavelmente maior vazão e uma possibilidade, não só social, como também econômica, em todos os sentidos. É basicamente isso.

O Sr. Coordenador - A coordenação passa a palavra ao Dr. Aluísio Fantini, Presidente da RURALMINAS.

Como ainda temos vários inscritos para usar da palavra, gostaria de pedir aos debatedores que atentassem para o tempo de 3 minutos de que cada um dispõe.

O Sr. Aluísio Fantini - Minha primeira iniciativa é cumprimentar o Presidente e a Mesa, agradecendo-lhes a oportunidade de minha participação e parabenizando as Assembléias Legislativas pela realização deste evento.

Gostaria de fazer algumas colocações que têm a ver com o tema "Gerenciamento de Recursos Hídricos", entrando um pouco na esfera da transposição.

Começando pela transposição, eu faria um primeiro reparo: a capacidade instalada do Projeto Jaíba não é de 90m³, como foi afirmado, pois a capacidade da sua estrutura é de 80m³. Evidentemente, a demanda de água vai variar no curso do ano, pois irá depender muito da eficiência do sistema de irrigação, e cairá 30%, 40% ou 50% e, com o máximo de eficiência do sistema, vai demandar os 80m³.

É preciso considerar também que, com o avanço da ciência agrônômica, com o avanço das técnicas de irrigação na área da engenharia, vamos ter, cada vez mais, um consumo menor de água, o que, sob certos aspectos, minimiza a preocupação e os problemas da disputa concorrente da água.

Gostaria de lembrar aos presentes que o Projeto Jaíba, também há quase 20 anos, luta para transpor a indiferença, as dificuldades de ordens financeira, operacional e política e o desinteresse de diversos governos que não souberam, até agora, no seu conjunto, aproveitar esse projeto, que foi reputado em estudos desenvolvidos na década de 60 como um dos projetos de maior viabilidade no vale do São Francisco. Foram 20 anos de lutas permanentes! Este é um País que começa as coisas e não sabe exatamente como dar sustentação a essas iniciativas, demonstrando uma certa irresponsabilidade.

O Projeto Gortuba - uma das pérolas dos projetos de irrigação do São Francisco, considerado um dos projetos de maior economicidade - também está por realizar sua meta global de 14/15.000ha. Não conseguimos implementar aquilo que é fácil e já estamos procurando inventar alguma coisa que, sobretudo, é complexa e de difícil execução.

Gostaria também de fazer duas colocações relacionadas ao tema "Gerenciamento de Recursos Hídricos". São duas iniciativas do Governo do Estado de Minas Gerais, conduzidas pela Secretaria de Agricultura e pela RURALMINAS, com respaldo da Secretaria de Recursos Hídricos, da CODEVASF, do Governo do Estado da Bahia, do Governo do Distrito Federal, da CEMIG, do CETEC, da COPASA, enfim, das instituições relacionadas ao tema água em Minas Gerais. São dois planos diretores: um, da bacia do rio Paracatu, abrangendo uma área de 45.000km², aproximadamente, interessando a 15 municípios e outro plano diretor, também de avaliação e beneficiamento dos recursos hídricos do rio Verde Grande, que interessa também a Minas Gerais e à Bahia, abrangendo cerca de 25 municípios, numa área de aproximadamente 30.000km². Esses planos diretores vão avaliar os recursos naturais e os recursos de águas superficiais e subterrâneas, vão definir o perfil sócio-econômico dessas áreas e considerar sempre o uso múltiplo da água, vão tentar essa conciliação, oferecendo, como resultado de trabalho, uma série de alternativas de desenvolvimento dessas áreas, com ênfase na irrigação e aproveitamento alternativo das águas. São duas iniciativas que, com certeza, interessam de perto ao rio São Francisco, ao rio Paracatu, porque representa mais de 50% da vazão do São Francisco no território mineiro, e ao rio Verde Grande, que apresenta uma problemática de competição de águas, litígios, enfim, uma disputa que está trazendo uma série de preocupações a todos os segmentos das áreas públicas e privadas. Muito obrigado.

O Sr. Coordenador - A Coordenação passa a palavra ao Prof. Alberto, consultor da RURALMINAS, que dispõe de 3 minutos.

O Sr. Alberto Draker - Sou professor aposentado de irrigação e drenagem da Universidade Federal de Viçosa, há 50 anos militando na área de irrigação. Queria chamar a atenção para três pontos que não foram bem expostos ou que não entendi bem.

Primeiro, disseram que o vale do São Francisco tem 800.000ha irrigáveis. Um estudo feito pela antiga SULVALE, no período de dez anos, constatou a existência de 3.000.000ha irrigáveis, na Bahia, no Norte de Minas e em Pernambuco. Esses 3.000.000ha, mais tarde, após estudos realizados, foram aumentados para 4.000.000ha. Essas são áreas do alto São Francisco. E esse rio não seria capaz de irrigar toda a área ribeirinha. Ou seja, caso se pudesse regularizar toda a vazão do São Francisco - 3.0003/s -, no máximo, essa vazão não seria suficiente para irrigar toda a área. Mesmo que sobre água, não haverá condições para a transposição para outras bacias.

Segundo, ninguém é contra o Nordeste ou Ceará. Gostaria, inclusive, que se fizesse a transposição de águas. Mas, infelizmente, temos que encarar a realidade. Apenas para levar, numa primeira etapa, água do São Francisco para o Jaguaribe, é necessário um bombeamento de 170m de altura. Isso é uma coisa fabulosa. Se esses projetos de irrigação - como o Jaíba, que eleva só 17m de água - já sofreram uma queda do terreno para irrigação, quanto mais um projeto dessa envergadura, cujo volume de água transportado se eleva a 170m. Isso torna qualquer projeto inviável.

O ponto mais importante é o seguinte: a retirada de 170m dessa água de Sobradinho vai deixar de gerar energia elétrica para Paulo Afonso, Coxotó, Xingó, etc. Sendo assim, nem plantando maconha o projeto de irrigação seria viável.

Outra coisa: para o abastecimento de água e eletricidade para a população dessa região, só no Jaguaribe, pelos cálculos, são 70 açudes acumulando água e milhares de açudes particulares.

Como professor de irrigação, fico triste porque, no Nordeste, por exemplo, o DNOCS, de 1909 até hoje, deu prioridade à construção de açudes e não à irrigação. Hoje, quando a água acumulada daria para irrigar 530.000ha, segundo estudos de 10 anos atrás, em vez de dar prioridade à irrigação, dão prioridade a um projeto de engenharia inviável. Se eles irrigaram 40.000ha em 80 anos, para irrigar os 500.000ha restantes levariam 1.000 anos.

Vamos ver, por exemplo, o projeto do Orós. O Orós, que é a redenção do Nordeste, foi construído por Juscelino Kubitschek em 1959, há 35 anos. Ele deveria irrigar 140.000ha. Até dez anos atrás, ele não havia irrigado nem 23.000ha. Então, ele irrigou menos de 1.000ha por ano. Vamos supor uma meta de irrigação de US\$50.000.000,00, ou mais, por ano. Se conseguissem irrigar 5.000ha por ano, isso se daria só no Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte. Assim, os 500.000ha restantes esperariam 100 anos para serem irrigados.

Será que santo de casa não faz milagre? É necessário levar água de fora para fazer irrigação? Esta é a minha pergunta.

O Sr. Coordenador - Ainda temos três inscritos e a Coordenadoria informa que vai encerrar as inscrições neste momento.

A Coordenadoria passa a palavra ao Dr. José Theodomiro, que tem 3 minutos para suas considerações.

O Sr. José Theodomiro de Araújo - Prof. Theofilo, foi uma satisfação muito grande ouvi-lo, porque eu estava com a responsabilidade de trazê-lo para o seminário. Foi com o mestre que aprendi o sistema de interligação. Só discordo de uma coisa: a "briga de compadres" a que o senhor se referiu está na relutância em não fazer um projeto dessa ordem, mas, simplesmente, fazer um bombeamento de água do São Francisco para 2.000km de distância.

Sabemos que, se irrigarmos dentro da bacia, teremos 40% de restituição. Se levarmos essa água para 2.000km de distância, vamos perder 100%. É um prejuízo grande para o São Francisco. A briga está na resistência do Governo em fazer um bombeamento prejudicial ao São Francisco.

Temos plena concordância em fazer a interligação de bacias, como levantei a questão, estabelecendo um plano diretor, envolvendo as bacias doadoras e as bacias receptoras, bem como as coletoras que possam ocorrer com a acumulação que já existe no Nordeste.

Quero deixar claro que a nossa posição, já emitida numa reunião extraordinária da ELETROBRÁS a todos os Órgãos do partido e do colegiado, foi contrária a essa alternativa única de retirada de água sem fazer irrigação. O que se pretende é fazer um plano diretor para se estudar definitivamente um projeto para resolver os problemas do Nordeste. Muito obrigado.

O Sr. Coordenador dá a palavra ao Sr. Theofilo Benedito Otôni Neto, para que responda em dois minutos.

O Sr. Theofilo Benedito Otôni Neto - Agradeço a decisão do nobre Deputado e não podia deixar de aproveitar esta oportunidade dada pelo meu amigo Theodomiro. Somente não posso acreditar, Theodomiro, que a personalidade do nobre Deputado Coelho, que conheço pelos seus trabalhos, pelo seu idealismo, pela sua honestidade e por ser um dos grandes líderes do Nordeste, que ele não veja essa coisa óbvia, clara, meridiana. Pelo contrário, a derivação do funil - estou aqui com um dos elementos que mais conhece a matéria, que é do DNAEE, e ele confirmou que é passível de ser estudada. E a derivação do Tocantins já existe. É questão de se estudar melhor. Daria solução total. Só posso interpretar essa sua afirmativa como aquele jeitão de baiano que gosta de briga e que está disposto a dizer para os outros que não concorda com ele só para ter o prazer de continuar brigando. Tenho a certeza de que esse seu aspecto de baiano ilustre, brigão, teria que ser anulado só com elementos de seu nível técnico, de seu nível social, de seu nível político. E poderia aproveitar agora a oportunidade e dizer que, realmente, eu tenho razão. Com isso, eu ficaria satisfeito de ser elemento de conciliação de dois grupos amigos.

- A Coordenadoria transfere a palavra para o Prefeito Municipal de Três Marias, Manuel Castelo Branco.

O Sr. Manuel Castelo Branco - Sr. Presidente, Srs. Deputados, senhoras e senhores, o objeto deste seminário, da reunião da CIPE, é o São Francisco. A respeito da laudatória feita ao Presidente Itamar, em razão do anúncio da intenção de implantar o Projeto Cabrobó, quero lembrar que o Governo Itamar, ainda há pouco, no ano de 1993, na gestão do Sr. Fernando Henrique, pretendeu, reiteradamente, assim, e reiteradamente anunciou a intenção de assumir a CODEVASF. E, imediatamente após, anunciou o projeto de retirada intempestiva de 280m³ de água do São Francisco. Isso significa o abandono absoluto do São Francisco, a ausência de política governamental para o São Francisco, transformando-o em objeto de diferentes usos, sem que seja tratado com a devida seriedade, com o devido planejamento, com a devida integração de ações. Não vou me dedicar à questão da indicação do que seria mais compensador: se produzir mais alimento, por ser mais barato de se fazer no São Francisco, se erradica mais a miséria e se produz mais alimento a um preço menor. Quero, apenas, lembrar aqui que barramento não é solução, não é panacéia para todos os males das águas. Barramento também é problema para as comunidades ribeirinhas. Se há êxodo no Nordeste, se há fuga da população do Nordeste por causa da água, barramento também provoca êxodo, também provoca fuga de população, porque inunda terras férteis. Barramento interrompe o processo da piracema e provoca o esvaziamento dos rios de peixe. O São Francisco, hoje, é praticamente vazio da sua fauna aquática. A CODEVASF, que esteve ameaçada de extinção pelo Governo Itamar na gestão Fernando Henrique, tem as suas estações de piscicultura praticamente desativadas; se não desativadas, operando no mínimo, produzindo o mínimo, operando de forma mínima e não produzindo minimamente a quantidade de alevinos necessária para a mínima reposição de peixes no rio. Ou seja: quero lembrar que o rio São Francisco não pode sofrer mais uma série interminável de barramentos na calha principal ou nos seus afluentes. É claro, outros barramentos advirão, mas o barramento do rio não pode ser a única forma de resolver o problema das águas ao longo de seu curso. Muito obrigado.

O Sr. Coordenador - Esta coordenadoria passa a palavra ao Sr. Ivo das Chagas, que disporá de 3 minutos.

O Sr. Ivo das Chagas - Inicialmente, gostaria de cumprimentar meu grande amigo José Theodomiro, não apenas pelo profundo conhecimento que ele tem do São Francisco e de seu vale, mas, sobretudo, pela luta que vem desenvolvendo, ao longo de sua vida, na defesa desse vale e de seu povo. Gostaria, também, de cumprimentar o Deputado Pedro Alcântara, a quem, agora, tenho a honra de conhecer, pela brilhante intervenção que fez nesse encontro. Realmente, provou ser um homem conhecedor do Nordeste e de seus problemas. Quero, neste momento, manifestar uma questão muito simples, para reforçar tudo aquilo que já foi dito por aqueles que são contrários àquele desvio das águas do rio São Francisco. Chamo isso de desvio das águas do rio São Francisco. Efetivamente, se água permanente, neste País, fosse fator de prosperidade, o vale do São Francisco não seria, ele mesmo, um vale da miséria. É o que tenho a dizer também do rio Parnaíba, em pleno sertão piauiense e em pleno sertão maranhense. Os habitantes dessa região também passam pela humilhação da pobreza absoluta, ou seja, da miséria. Não gostaria, neste momento, de entrar nos detalhes dos problemas técnicos e ambientais que esse desvio de águas poderia ocasionar. Correríamos o risco de ver um desastre com esse desvio de águas. Nenhuma engenharia pode prever as conseqüências do desvio de águas de um rio da potência e da extensão do rio São Francisco. Trata-se de um fato impossível de ser previsto. Portanto, deixo esta questão para a meditação dos senhores que aqui se encontram. Água permanente, neste País, não é fator de prosperidade. Muito obrigado.

O Sr. Coordenador - Esta Coordenadoria dá por encerrados os debates e devolve a palavra ao Sr. Presidente, Deputado José Ferraz.

O Sr. Presidente (Deputado José Ferraz) - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Pedro Alcântara.

O Deputado Pedro Alcântara - Sr. Presidente, infelizmente, amanhã não poderei estar presente aos trabalhos, porque tenho de estar na Bahia, onde votarei, na Assembléia Legislativa, um projeto importante. Quero deixar registrado que sentirei saudades e que me sinto contrariado por não participar dos debates amanhã. Quero felicitar a Assembléia de Minas pela realização do evento Parlamento das Águas. Deixarei um representante, que é profundo conhecedor desta matéria, para votar em meu nome. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Registrem-se as palavras do ilustre Deputado Pedro de Alcântara. Esta Presidência lamenta a ausência de V. Exa. no prosseguimento dos nossos trabalhos.

ATA DA 12ª REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO

Às quinze horas e quinze minutos do dia vinte e seis de outubro de mil novecentos e noventa e três, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Geraldo Rezende, Antônio Pinheiro, Maria José Haueisen, Célio de Oliveira, Bernardo Rubinger e Jorge Hannas (substituindo estes aos Deputados Antônio Júlio e Clêuber Carneiro, por

indicação das Lideranças do PMDB e PFL, respectivamente), membros da Comissão de Constituição e Justiça; Simão Pedro Toledo, Bernardo Rubinger, Raul Messias, Jorge Hannas e Célio de Oliveira (substituindo este ao Deputado Romeu Queiroz, por indicação da Liderança do PRS), membros da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Simão Pedro Toledo, declara abertos os trabalhos e esclarece aos presentes que a reunião se destina a apreciar os pareceres dos Deputados Célio de Oliveira e Bernardo Rubinger para o 1º turno do Projeto de Lei Complementar nº 29/92, do Deputado José Braga, que altera dispositivos sobre a criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de municípios e a criação, a organização e a supressão de distritos, constantes em lei complementar. A seguir, o Presidente solicita ao Deputado Bernardo Rubinger que proceda à leitura da ata da reunião anterior, que, lida e aprovada, é subscrita pelos membros presentes. Em seguida, o Presidente indaga ao Deputado Célio de Oliveira, relator das preliminares pela Comissão de Constituição e Justiça, se está em condições de proferir seu parecer. Com a palavra, o Deputado Célio de Oliveira faz a leitura de seu parecer, mediante o qual conclui pela juridicidade, pela legalidade e pela constitucionalidade da matéria. Colocado o parecer em discussão, fazem uso da palavra o Deputado Raul Messias que faz indagações a respeito do projeto e o Deputado Bernardo Rubinger, que, na condição de relator da matéria, esclarece as indagações. Debates ocorrem entre os dois parlamentares. O Presidente, tendo em vista compromissos anteriormente agendados, passa a Presidência ao Deputado Jorge Hannas e retira-se da reunião. Novos debates ocorrem entre os Deputados Raul Messias e Bernardo Rubinger, sendo que este parlamentar requer vista do processo. A Presidência defere de plano a solicitação do Deputado Bernardo Rubinger. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a reunião a ser realizada amanhã, dia 27 do corrente, às 15 horas determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 7 de junho de 1994.

Simão Pedro Toledo, Presidente - Baldonado Napoleão - Bernardo Rubinger - Raul Messias - Célio de Oliveira - Marcos Helênio - João Marques.

ATA DA 72ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO

Às dez horas e sete minutos do dia vinte de abril de mil novecentos e noventa e quatro, reúnem-se na Sala das Comissões os Deputados Simão Pedro Toledo, Baldonado Napoleão, Bernardo Rubinger e José Renato, membros da Comissão supracitada. Registra-se a presença dos Deputados Roberto Amaral, Célio de Oliveira, João Batista, Antônio Pinheiro e Antônio Júlio, que assistem aos trabalhos. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Simão Pedro Toledo, declara abertos os trabalhos e esclarece que a reunião tem a finalidade de ouvir o Sr. José Osvaldo Guimarães Lasmar, Diretor Superintendente da Secretaria do Planejamento, que irá discorrer a respeito do Projeto de Lei nº 1.590/93, do Governador do Estado, que define regiões para fins de planejamento. O Presidente convida-o a tomar assento à mesa dos trabalhos e, em seguida, solicita ao Deputado Bernardo Rubinger que proceda à leitura da ata da reunião anterior, que, lida e aprovada, é subscrita pelos membros presentes. A Presidência dá ciência aos parlamentares presentes do recebimento da seguinte correspondência: ofício do Presidente do Banco do Nordeste do Brasil S.A. informando que o BNDES decidiu ampliar a área de abrangência do Programa Nordeste Competitivo para o Norte do Estado de Minas, e abaixo-assinado do eleitorado do Distrito de Imbé, Município de Caratinga, reivindicando urgência na apreciação do Projeto de Lei Complementar nº 29/93. A Presidência registra a presença da Sra. Maria Aparecida Arruda, Pesquisadora da Fundação João Pinheiro, que participou da elaboração do Projeto de Lei nº 1.590/93, a qual trará subsídios a esta Comissão. Com a palavra, o Deputado Baldonado Napoleão, autor do requerimento que motivou o convite, tece considerações acerca do referido projeto de lei. A Presidência passa a palavra ao Sr. José Osvaldo Guimarães Lasmar, que faz a sua exposição e responde às perguntas dos Deputados presentes. Durante os debates fazem uso da palavra os Deputados Célio de Oliveira, Roberto Amaral, Bernardo Rubinger, Baldonado Napoleão e João Batista, que levantam questões, esclarecidas de imediato pelo Sr. José Osvaldo Lasmar e pela Sra. Maria Aparecida Arruda. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece o comparecimento dos Deputados, do convidado e da Sra. Maria Aparecida Arruda, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 8 de junho de 1994.

Baldonado Napoleão, Presidente - Anderson Adauto - Bernardo Rubinger - Ermano Batista.

ATA DA 1ª REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL

Às nove horas e quinze minutos do dia quatro de maio de mil novecentos e noventa e quatro, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Marcos Helênio, Márcio Miranda, Maria Olívia e Hely Tarquínio, membros da Comissão de Defesa do Consumidor; Jorge

Hannas, Wilson Pires e Jorge Eduardo, membros da Comissão de Saúde e Ação Social. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Jorge Hannas, declara abertos os trabalhos e informa que a reunião tem por finalidade discutir a questão da aplicabilidade do Decreto Federal nº 793/93 neste Estado, com a presença de autoridades de órgãos ligados aos interesses do consumidor e à área da saúde. A Presidência informa que não há ata a ser lida, por se tratar da 1ª reunião conjunta destas Comissões. O Presidente verifica a presença dos seguintes convidados: Sr. Antônio Cláudio Penna, representante do Sr. Carlos Alberto Gomes, Superintendente do Departamento de Vigilância Sanitária da Secretaria da Saúde; Srs. José Aparecido Vidal e Lauro Melo Vieira, Presidente e Vice-Presidente do Conselho Regional de Farmácia de Minas Gerais, respectivamente; Sr. Marcelo Sizenando de Almeida, Coordenador do Departamento de Vigilância Sanitária da Secretaria Municipal de Saúde de Belo Horizonte; Sra. Lúcia Pacífico Homem, Presidente do Movimento das Donas de Casa; Sr. Lázaro Luiz Gonzaga, Presidente do Sindicato do Comércio Varejista dos Produtos Farmacêuticos de Minas Gerais; Sr. Helvécio Lopes de Faria, Presidente do Sindicato dos Farmacêuticos do Estado de Minas Gerais; Srs. José Geraldo de Andrade, Aécio Joaquim Morais Fernandes, José Alves Torres, Ivanor de Assis Silva, representantes da Comissão dos Pequenos e Microproprietários de Farmácias e Drogarias; e Dr. Ronan Andrade de Oliveira, ex-Delegado da SUNAB. A Presidência passa a palavra, inicialmente, ao Deputado Marcos Helênio para tecer considerações relativas ao objetivo da reunião. A seguir, os expositores discutem, especialmente, a aplicabilidade do Decreto Federal nº 793/93, que trata da venda de remédios e da obrigatoriedade de assistência do técnico responsável nas drogarias, nos postos de medicamentos e nas unidades volantes. Eles frisam a importância da denominação genérica dos remédios prescritos nas receitas médicas, a necessidade de permanência do farmacêutico nos estabelecimentos que comercializam produtos farmacêuticos, bem como os direitos do consumidor. Abre-se amplo debate entre os convidados e os Deputados presentes, conforme consta nas notas taquigráficas. O Deputado Wilson Pires apresenta requerimento em que solicita sejam convidados a participar dos trabalhos destas Comissões os representantes do Conselho Regional de Medicina, da Associação Médica de Minas Gerais, do Conselho Regional de Enfermagem, do Sindicato dos Médicos, da Associação dos Hospitais de Minas Gerais, dos hospitais públicos e do Sr. Jaime Neves, que representará o movimento de combate às infecções hospitalares, para discutirem matéria relativa ao Decreto Federal nº 793/93. O Deputado Marcos Helênio propõe seja discutida nestas Comissões a utilização de nome genérico dos remédios com a participação de autoridades ligadas à área de saúde. Submetidas a votação, são as proposições aprovadas. Nada mais havendo a ser tratado, a Presidência agradece o comparecimento dos convidados, dos Deputados e dos demais participantes, convoca os membros destas Comissões para a próxima reunião, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 8 de junho de 1994.

Jorge Hannas, Presidente - Marcos Helênio - Márcio Miranda - Hely Tarquínio - Ajalmar Silva - Adelmo Carneiro Leão.

ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO ESPECIAL PARA VISITAR O GRANDE HOTEL DE ARAXÁ, AVALIAR O SEU FECHAMENTO, PROPOR MEDIDAS QUE PRESERVEM AQUELE VALOROSO PATRIMÔNIO PÚBLICO E A ATIVIDADE TURÍSTICA DO MUNICÍPIO

Às nove horas e trinta minutos do dia onze de maio de mil novecentos e noventa e quatro, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Ajalmar Silva, João Batista e Adelmo Carneiro Leão, membros da Comissão supracitada. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Ajalmar Silva, declara abertos os trabalhos e solicita ao Deputado João Batista que proceda à leitura da ata da reunião anterior, que, lida e aprovada, é subscrita pelos membros presentes. O Presidente esclarece que a reunião tem por finalidade apreciar o relatório final desta Comissão. Na ausência do relator anteriormente designado, o Presidente redistribui a matéria ao Deputado Adelmo Carneiro Leão, a quem passa a palavra. O relator procede à leitura do relatório final. Após a leitura, o Presidente submete à apreciação da Comissão o parecer apresentado, que, após ser discutido e votado, é aprovado por unanimidade e subscrito pelos membros da Comissão. Em seguida, o Presidente faz a indicação do Deputado Roberto Carvalho para acompanhar o processo de arrendamento do Grande Hotel de Araxá. A Presidência suspende a reunião por alguns instantes para a lavratura da ata, dos trabalhos. Reaberta a reunião, o Presidente solicita ao Deputado João Batista que proceda à leitura da ata, que, lida e aprovada, é subscrita pelos membros presentes. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos Deputados e declara encerrados os trabalhos desta Comissão.

Sala das Comissões, 11 de maio de 1994.

Ajalmar Silva, Presidente - Adelmo Carneiro Leão - João Batista.

ATA DA 33ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE POLÍTICA ENERGÉTICA, HÍDRICA E MINERÁRIA

Às dez horas do dia dezoito de maio de mil novecentos e noventa e quatro, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Aílton Vilela, Romeu Queiroz e Ambrósio Pinto

(substituindo estes dois últimos aos Deputados Eduardo Brás e Hely Tarquínio, por indicação das Lideranças do BRD e PP, respectivamente), membros da Comissão supracitada. Havendo número regimental, na ausência do Presidente, o Vice-Presidente, Deputado Aílton Vilela, declara abertos os trabalhos e solicita ao Deputado Ambrósio Pinto que proceda à leitura da ata da reunião anterior, que, lida e aprovada, é subscrita pelos membros presentes. A seguir, o Presidente registra a presença dos Deputados Ivo José e Célio de Oliveira e designa o Deputado Romeu Queiroz para relator das emendas apresentadas em Plenário, no 1º turno, ao Projeto de Lei nº 807/92, a quem passa a palavra. O relator emite parecer, mediante o qual conclui pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, pela prejudicialidade das Emendas nºs 33 e 35 e pela rejeição das Emendas nºs 32, 34, 36 e 37. Posto em discussão, o Deputado Ivo José solicita que sejam lidas as emendas apresentadas em Plenário, o que é feito pelo relator. Colocado em votação, é o parecer aprovado por unanimidade. O Deputado Romeu Queiroz ausenta-se da reunião. Verificada a inexistência de número regimental, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 9 de junho de 1994.

Aílton Vilela, Presidente - Hely Tarquínio - Francisco Ramalho.

ATA DA 46ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Às nove horas e trinta minutos do dia vinte e cinco de maio de mil novecentos e noventa e quatro, reúnem-se na Sala das Comissões os Deputados Tarcísio Henriques, Antônio Fuzatto, José Renato, Dílzon Melo, Ermano Batista e Sebastião Costa, membros da Comissão supracitada. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Tarcísio Henriques, declara aberta a reunião e solicita ao Deputado José Renato que proceda à leitura da ata da reunião anterior, que, lida e aprovada, é subscrita pelos membros presentes. Passa-se à 2ª fase da Ordem do Dia, com a discussão e a votação de proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia. Com a palavra, o Deputado José Renato emite parecer sobre as emendas apresentadas ao Projeto de Lei nº 1.957/94, no 1º turno, mediante o qual conclui pela aprovação das Emendas nºs 12, 13, esta na forma da Subemenda nº 1, e 14, todas apresentadas em Plenário, e das Emendas nºs 15 e 16, da Comissão de Administração Pública. Discutido e votado, é o parecer aprovado. A Presidência informa que o Projeto de Lei nº 1.757/93, no 1º turno, que se encontrava para vista com o Deputado Antônio Fuzatto, continua em fase de discussão. Encerrada a discussão, e posto em votação, é aprovado o parecer do Deputado Tarcísio Henriques, em que conclui pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, ficando prejudicada a Emenda nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça. Passa-se à 3ª fase da Ordem do Dia, com a discussão e a votação de proposições sujeitas à deliberação conclusiva da Comissão. Nessa fase, o Deputado Antônio Fuzatto emite parecer pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.252/93, do Deputado Ambrósio Pinto. Discutido e votado, é o projeto aprovado. O Deputado Antônio Fuzatto, relator do Projeto de Lei nº 1.604, no 1º turno, emite parecer pela aprovação da matéria. Discutido e votado, é o projeto aprovado. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 8 de junho de 1994.

Tarcísio Henriques, Presidente - Sebastião Costa - Antônio Fuzatto - Ermano Batista.

ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO ESPECIAL PARA ESTUDAR AS ATRIBUIÇÕES DAS COMISSÕES ESPECIAIS

Às catorze horas e quarenta e cinco minutos do dia vinte e cinco de maio de mil novecentos e noventa e quatro, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Dílzon Melo, Wilson Pires, Homero Duarte e Wanderley Ávila (substituindo este ao Deputado Cléuber Carneiro, por indicação da Liderança do BRD), membros da Comissão supracitada. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Dílzon Melo, declara abertos os trabalhos e solicita ao Deputado Wanderley Ávila que proceda à leitura da ata da reunião anterior, que, lida e aprovada, é subscrita pelos membros presentes. O Deputado Dílzon Melo informa que a finalidade da reunião é eleger os novos Presidente e Vice-Presidente e programar os trabalhos. Em seguida, o Presidente determina a distribuição das cédulas de votação, devidamente rubricadas, aos Deputados e convida o Deputado Wilson Pires para atuar como escrutinador. Feita a contagem dos votos, o Deputado Wilson Pires informa que foram registradas quatro cédulas de votação, obtendo o Deputado Homero Duarte quatro votos para Presidente e o Deputado Dílzon Melo quatro votos para Vice-Presidente. Assim sendo, o Presidente proclama eleitos os Deputados Homero Duarte e Dílzon Melo como Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, declara empossado o Presidente eleito e passa-lhe a Presidência da Comissão. O Deputado Homero Duarte agradece a escolha de seu nome e empossa o Vice-Presidente. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece o comparecimento dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 7 de junho de 1994.

Tarcísio Henriques, Presidente - Célio de Oliveira - Clêuber Carneiro.

ATA DA 57ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE AGROPECUÁRIA E POLÍTICA RURAL

Às dez horas e trinta minutos do dia vinte e seis de maio de mil novecentos e noventa e quatro, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Ajalmar Silva, Péricles Ferreira e Wilson Pires, membros da Comissão supracitada. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Ajalmar Silva, declara abertos os trabalhos e solicita ao Deputado Péricles Ferreira que proceda à leitura da ata da reunião anterior, que, lida e aprovada, é subscrita pelos membros presentes. Não havendo correspondência a ser lida, o Presidente passa à discussão e à votação de proposições da Comissão. O Deputado Péricles Ferreira procede à leitura do requerimento do Deputado Roberto Carvalho, no qual se solicita seja encaminhado ao Secretário Adjunto da Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral pedido para que envie a esta Casa a relação de todos os municípios mineiros participantes de programas de combate à seca, os respectivos valores liberados e as datas de liberação. Submetido a votação, é o requerimento aprovado. Logo após, o relator, Deputado Wilson Pires, solicita sejam convertidos em diligência à RURALMINAS os processos de legitimação de terras devolutas rurais e urbanas que se fizeram acompanhar da Mensagem nº 460/94 e do Ofício nº 106/94, a fim de que a RURALMINAS envie a esta Casa atestado de que os documentos que instruem os processos são autênticos e que os interessados satisfazem às exigências constitucionais e legais para a aquisição do direito objetivado, o que é deferido pelo Presidente. A Presidência anuncia a presença do Vereador Raimundo Nonato, Presidente da Câmara Municipal de Teófilo Otôni, e dos Vereadores Semir Rachid Said e Celso Pereira do Amaral, também de Teófilo Otôni. A seguir, a Presidência passa a discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia. O relator, Deputado Jorge Eduardo, emite parecer favorável à aprovação do Projeto de Lei nº 1.799/93, no 1º turno. O relator, Deputado Arnaldo Canarinho, emite parecer favorável à aprovação do Projeto de Lei nº 1.892/94, no 1º turno. Submetidos à discussão e votação, cada um por sua vez, são os projetos aprovados. O relator, Deputado Péricles Ferreira, emite parecer favorável à aprovação dos Requerimentos nºs 5.323 e 5.233/94. Colocados em votação, cada um por sua vez, são os requerimentos aprovados. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 9 de junho de 1994.

Ajalmar Silva, Presidente - Francisco Ramalho - Hely Tarquínio.

ATA DA 105ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Às dez horas e quinze minutos do dia trinta e um de maio de mil novecentos e noventa e quatro, reúnem-se na Sala das Comissões os Deputados Antônio Júlio, Clêuber Carneiro, Tarcísio Henriques (substituindo este ao Deputado Geraldo Rezende, por indicação da Bancada do PMDB), Antônio Pinheiro e Ivo José, membros da supracitada Comissão. Encontra-se presente, também, o Deputado Antônio Fuzatto. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Antônio Júlio, declara abertos os trabalhos e solicita ao Deputado Clêuber Carneiro que proceda à leitura da ata da reunião anterior, que, lida e aprovada, é subscrita pelos membros presentes. Passa-se à discussão e à votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Continua em discussão o parecer sobre o Projeto de Lei nº 1.330/93, do qual, em reunião anterior, o Deputado Antônio Júlio solicitou vista. O Deputado Ibrahim Jacob, autor do referido projeto, encaminha requerimento solicitando o adiamento da discussão, o qual é deferido pelo Presidente. Com a palavra, o Deputado Clêuber Carneiro procede à leitura do parecer do Deputado Célio de Oliveira sobre o Projeto de Lei nº 77/91, o qual conclui pela constitucionalidade, pela legalidade e pela juridicidade do projeto com a Emenda nº 1. Na fase de discussão, o Deputado Clêuber Carneiro solicita vista da matéria, a qual é concedida pela Presidência. Com a palavra, o Deputado Ivo José procede à leitura do parecer do Deputado Célio de Oliveira sobre o Projeto de Lei nº 1.526/93, o qual conclui pela constitucionalidade, pela legalidade e pela juridicidade do projeto. Posto em discussão e votação, é o parecer aprovado. Com a palavra, o Deputado Antônio Pinheiro emite parecer sobre o Projeto de Lei nº 1.462/93, mediante o qual conclui pela constitucionalidade, pela legalidade e pela juridicidade do projeto. Posto em discussão e votação, é o parecer aprovado. Passa-se à discussão e à votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Com a palavra, o Deputado Clêuber Carneiro emite parecer sobre o Projeto de Lei nº 1.971/94, mediante o qual conclui pela constitucionalidade, pela legalidade e pela juridicidade do projeto com a Emenda nº 1. Posto em discussão e votação, é o parecer aprovado. Com a palavra, o Deputado Antônio Pinheiro emite parecer sobre o Projeto de Lei nº 2.006/94, por meio do qual e conclui pela constitucionalidade, pela legalidade e pela juridicidade do projeto. Colocado em discussão e votação, é o parecer aprovado. Com a palavra, o Deputado Ivo José emite pareceres sobre os Projetos de Lei nºs 1.391/93 e 2.013/94, nos quais conclui pela constitucionalidade,

pela legalidade e pela juridicidade dos projetos. Postos em discussão e votação, cada um por sua vez, são os pareceres aprovados. Com a palavra, o Deputado Ivo José procede à leitura do parecer do Deputado Geraldo Rezende sobre o Projeto de Lei nº 1.847/93, o qual conclui pela constitucionalidade, pela legalidade e pela juridicidade do projeto. Posto em discussão e votação, é o parecer aprovado. O Deputado Antônio Júlio passa a Presidência ao Deputado Cléuber Carneiro, uma vez que será apreciada matéria de sua autoria. O Vice-Presidente solicita ao Deputado Ivo José que proceda à leitura do parecer do Deputado Geraldo Rezende sobre o Projeto de Lei nº 1.985/94, o qual conclui pela constitucionalidade, pela legalidade e pela juridicidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1. Posto em discussão e votação, é o parecer aprovado. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, em dia e horário já estabelecidos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 7 de junho de 1994.

Antônio Júlio, Presidente - Maria José Haueisen - Geraldo Rezende - Célio de Oliveira - Ermano Batista - Antônio Pinheiro - Cléuber Carneiro.

ATA DA 122ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Às quatorze horas e trinta minutos do dia trinta e um de maio de mil novecentos e noventa e quatro, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Célio de Oliveira, José Renato, Ibrahim Jacob, Wanderley Ávila e Agostinho Patrus (substituindo os três últimos aos Deputados Roberto Amaral, Baldonado Napoleão e Jaime Martins, respectivamente, por indicação da Liderança do BRD), membros da Comissão supracitada. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Célio de Oliveira, declara abertos os trabalhos e solicita ao Deputado José Renato que proceda à leitura da ata da reunião anterior, que, lida e aprovada, é subscrita pelos membros presentes. A Presidência informa que a reunião tem por finalidade apreciar a pauta e redistribui o Projeto de Lei nº 1.071/92, no 2º turno, ao Deputado Wanderley Ávila; e o Projeto de Lei nº 1.639/93, no 2º turno, ao Deputado Agostinho Patrus. Encerrada a 1ª parte dos trabalhos, passa-se à 2ª fase da Ordem do Dia, com a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à deliberação do Plenário da Assembléia. Com a palavra, o Deputado Wanderley Ávila emite parecer mediante o qual conclui pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.071/92 no 2º turno, na forma do vencido no 1º turno. O Deputado Agostinho Patrus emite parecer mediante o qual conclui pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.639/93 no 2º turno, com as Emendas nºs 2 a 7. Submetidos a discussão e votação, cada um por sua vez, são os pareceres aprovados. O Deputado José Renato emite pareceres mediante os quais conclui pela aprovação dos Projetos de Lei nºs 1.759/93, no 2º turno, na forma proposta, e 1.756/93, no 2º turno, na forma do vencido no 1º turno. Colocados em discussão e votação, cada um por sua vez, são os pareceres aprovados. Encerrada essa fase, passa-se à 3ª fase da Ordem do Dia, com a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia. A Presidência designa o Deputado José Renato para relatar os processos de aplicação de recursos oriundos de subvenções sociais das seguintes entidades: Planejamento Familiar, Assistência e Combate ao Câncer - PLANFAC -, de Rio Piracicaba; Orfanato Lar Tia Lia, de Tiradentes; Associação do Bem-Estar do Menor, de Santa Maria de Itabira, de Santa Maria de Itabira; Serviço de Promoção ao Menor e à Família - SERPAF -, de Sete Lagoas; Associação Comunitária dos Moradores de Dr. Sá Fortes, de Antônio Carlos; Associação Pastoral da Saúde de Santa Terezinha, de Campos Altos; Associação Comunitária dos Moradores de Santa Cruz, de Mirabela; Associação dos Moradores de Sílvia Campos - AMOSC -, de Pompéu; Lar da Fraternidade Cristã, de Ipatinga (dois processos); Sociedade Beneficente de Socorro aos Pobres, de Lagoa da Prata; Assistência Social São Judas Tadeu, de Uberaba; Conselho de Desenvolvimento Comunitário de Natalândia, de Bonfinópolis de Minas; Casa de Cultura de Manhauçu, de Manhauçu; Corporação Musical Cosmos e Ramos, de Belo Horizonte; Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE -, de Bom Sucesso; Ação Social Filadélfia da 7ª Igreja Presbiteriana de Belo Horizonte, de Belo Horizonte; HEBRON - Associação Filantrópica, de Belo Horizonte; Sociedade São Vicente de Paulo, Conferência do Senhor Bom Jesus de Jesuânia, de Jesuânia; Lira 30 de Janeiro, de Governador Valadares; Associação Senhoras da Caridade de Goval, de Governador Valadares; Associação Habitacional de Governador Valadares, de Governador Valadares; Creche Casa das Meninas, de Ibitiré; Associação de Apoio Comunitário do Conjunto Habitacional Flávio de Oliveira, de Santo Antônio do Monte; Associação dos Moradores do Bairro Nossa Senhora de Fátima, de Andrelândia, e Cidade dos Meninos, de Governador Valadares; e o Deputado Wanderley Ávila, para relatar os processos de aplicação de recursos oriundos de subvenções sociais das seguintes entidades: Associação Comunitária de Hortas e Aves, de Uberaba; Cáritas Diocesana de Paracatu, de Paracatu; Assistência Social São Judas Tadeu, de Uberaba; Caixa Escolar Olavo Bilac, de Uberaba; Associação Comunitária do Córrego São Miguel, de Rio Piracicaba; Santa Casa

de Misericórdia, de Abadia dos Dourados; Associação Beneficente São Vicente de Paulo, do Distrito de União, de Iturama; Centro Social Desportivo de Rio Vermelho - CESDERV -, de Rio Vermelho; Clube de Mães Nossa Senhora de Fátima, de Ferros; Conselho de Desenvolvimento Comunitário de São Geraldo da Piedade, de São Geraldo da Piedade; Creche Lar Sílvio Menicucci, de Lavras; Irmandade de Nossa Senhora das Mercês da Santa Casa de Caridade de Montes Claros, de Montes Claros; Associação Comunitária Evangélica em Contagem, de Contagem; Creche Conceição Aparecida Miguel, de Serrania; Creche Comunitária Mundo Encantado, de Ipanema; Creche Esperança da Paz, de Caparaó; Conselho de Desenvolvimento Comunitário de Virgem das Graças, de Itinga; Corporação Musical União Nossa Senhora do Carmo, de Barra Longa; Creche Comunitária Terra Nova da Vila do Acaba Mundo, de Belo Horizonte; Associação Comunitária Rural de Lagoa dos Peixes, de Peçanha; Grupo Espírita de Fraternidade Albino Teixeira, de Belo Horizonte, e Conselho Comunitário de Canela d'Emma, de Salinas. Os Deputados José Renato e Wanderley Ávila emitem pareceres mediante os quais concluem pela aprovação dos processos de aplicação recursos oriundos de subvenções sociais acima mencionados. Colocados em discussão e votação, cada um por sua vez, são os pareceres aprovados. O Deputado José Renato, relator, também, dos processos de aplicação de recursos oriundos de subvenções sociais das entidades Lar dos Velhinhos da Sociedade São Vicente de Paulo, de Governador Valadares; Associação de Proteção à Maternidade e à Infância, de Silvianópolis; Associação de Moradores e Amigos dos Bairros Unidos, de Congonhas, e Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Prata, do Município de Prata, requer sejam os processos baixados em diligência, o que é deferido pela Presidência. Cumprida a finalidade da reunião, o Presidente agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 1º de junho de 1994.

José Renato, Presidente - João Marques - Antônio Pinheiro - Marcelo Cecé.

ATA DA 123ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Às dez horas e trinta minutos do dia primeiro de junho de mil novecentos e noventa e quatro, comparecem na Sala das Comissões os Deputados João Marques, José Renato, Marcelo Cecé e Antônio Pinheiro (substituindo estes dois aos Deputados Célio de Oliveira e Baldonado Napoleão, respectivamente, por indicação da Liderança do BRD), membros da supracitada Comissão. Na ausência do Presidente, assume a direção dos trabalhos o Deputado José Renato; havendo número regimental, ele declara aberta a reunião e solicita ao Deputado Marcelo Cecé que proceda à leitura da ata da reunião anterior, que, lida e aprovada, é subscrita pelos membros presentes. A Presidência esclarece que esta reunião tem por finalidade apreciar as matérias da pauta; em seguida, distribui ao Deputado João Marques, no 1º turno, o Projeto de Lei nº 1.462/93, do Deputado José Bonifácio, que autoriza o Poder Executivo a doar imóveis ao Município de Marilac para a edificação de um prédio para abrigar a Prefeitura Municipal, e ao Deputado Roberto Amaral, no 1º turno, o Projeto de Lei nº 1.526/93, do Deputado Jaime Martins, que autoriza o Poder Executivo a doar imóvel ao Município de Estrela do Indaiá. Encerrada a 1ª parte dos trabalhos, passa-se à 2ª fase da Ordem do Dia, com a discussão e a votação de parecer sobre proposição sujeita à deliberação do Plenário da Assembléia. Com a palavra, o Deputado João Marques emite seu parecer, mediante o qual conclui pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.459/93, no 2º turno, na forma do vencido no 1º turno. Colocado em discussão e votação, é o parecer aprovado. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 7 de junho de 1994.

Célio de Oliveira, Presidente - João Marques - Baldonado Napoleão - Marcos Helênio.

ORDENS DO DIA

ORDEM DO DIA DA 549ª REUNIÃO ORDINÁRIA DELIBERATIVA, A REALIZAR-SE EM 14/6/94

1ª Parte (Pequeno Expediente)
(das 14 às 15 horas)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15 às 16 horas)

Discussão e votação de pareceres e votação de requerimentos.

2ª Fase

(das 16 às 18 horas)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 1.984/94, do Governador do Estado, que dispõe sobre a conversão em URV das tabelas de vencimentos e de soldos dos servidores públicos do Poder Executivo e dá outras providências. As Comissões de Justiça, de Administração Pública e de Fiscalização Financeira perderam prazo para emitir parecer. Designado relator em Plenário o Deputado Roberto Amaral para emitir parecer oral sobre o projeto e as emendas a ele apresentadas.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.017/94, do Governador do Estado, que dispõe sobre a FAPEMIG e dá outras providências. A Comissão de Justiça opina pela constitucionalidade do projeto com as Emendas nºs 1 e 2, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 e 2, da Comissão de Justiça, e 3 a 8, que apresenta. A Comissão de Ciência e Tecnologia opina pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 e 2, da Comissão de Justiça; 3 a 8, da Comissão de Administração Pública, e com a Emenda nº 9, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 e 2, da Comissão de Justiça; 3 a 8, da Comissão de Administração Pública, e 9, da Comissão de Ciência e Tecnologia.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.865/94, do Governador do Estado, que dispõe sobre a UEMG e dá outras providências. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1 ao vencido em 1º turno.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 24/93, do Governador do Estado, que organiza a Procuradoria-Geral da Fazenda Estadual, dispõe sobre a carreira de Procurador da Fazenda Estadual e dá outras providências. A Comissão de Justiça opina pela sua constitucionalidade com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina pela sua aprovação com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça, na forma da Subemenda nº 1, e as Emendas nºs 2 e 3, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela sua aprovação com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça, na forma da Subemenda nº 1, as Emendas nºs 2 e 3, da Comissão de Administração Pública, e as Emendas nºs 4 a 6, que apresenta.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.522/93, do Deputado Roberto Carvalho, que dispõe sobre a criação de programa de incentivo à fruticultura. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela sua aprovação na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.639/93, da Comissão de Saúde, que assegura o oferecimento gratuito, pelo Estado, do exame do cariótipo e da triagem metabólica para diagnóstico da fenilcetonúria e do hipotireoidismo congênito - "exame do pezinho". A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.759/93, do Deputado Sebastião Helvécio, que dispõe sobre o programa de alimentação escolar da rede pública estadual. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

ORDEM DO DIA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO ESPECIAL PARA ESTUDAR AS ATRIBUIÇÕES DAS COMISSÕES ESPECIAIS, A REALIZAR-SE ÀS 14H45MIN DO DIA 14/6/94

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência. Distribuição de proposições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: dar prosseguimento aos trabalhos.

ORDEM DO DIA DA 5ª REUNIÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR, A REALIZAR-SE ÀS 9 HORAS DO DIA 15/6/94

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência. Distribuição de proposições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: examinar irregularidades de loteamentos clandestinos no Bairro Tirol, no Município de Belo Horizonte.

Convidados: Srs. Geraldo Diniz, Presidente do PLAMBEL; Jorge Luiz Mandela, Presidente da Associação Comunitária do Conjunto Túnel de Ibirité; Osvaldo Dehon Roque Reis, Administrador da Regional Barreiro; Roberto Lellis, Presidente do Conselho Popular do Barreiro; Antônio Joaquim Fernandes, Promotor de Justiça do PROCON-MG; Tomás da Mata Machado, Secretário Municipal de Atividades Urbanas; Wellington Leal, Diretor Regional de Transportes da BHTRANS; Eduardo Novais, Diretor de Obras da Regional Barreiro; André Xavier, Diretor de Desenvolvimento Comunitário.

ORDEM DO DIA DA 74ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 15/6/94

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência. Distribuição de proposições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão:

Requerimentos n.ºs 5.353 e 5.354/94, do Deputado Geraldo da Costa Pereira.

Discussão e votação de parecer sobre proposição sujeita à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Lei n.º 1.569/93, do Deputado Anderson Adauto.

ORDEM DO DIA DA 71ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 15/6/94

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência. Distribuição de proposições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projetos de Lei n.ºs 1.118/92, do Deputado Eduardo Brás; 1.434/93, do Deputado Gilmar Machado; 1.293/93, do Deputado João Marques, e 1.858/93, do Deputado Marcos Helênio.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

No 2º turno: Projeto de Lei n.º 1.604/93, do Deputado Sebastião Helvécio.

No 1º turno: Projeto de Lei n.º 1.975/94, da Deputada Elisa Alves.

ORDEM DO DIA DA 90ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 15/6/94

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência. Distribuição de proposições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

No 2º turno: Projetos de Lei n.ºs 1.880/94, do Deputado Álvaro Antônio; 1.797/93, do Deputado Bernardo Rubinger; 1.951/94, do Deputado Clêuber Carneiro; 186/91, do Deputado Elmiro Nascimento; 1.572/93, do Deputado José Militão; 1.693/93, do Deputado Péricles Ferreira; 1.896, 1.902 e 1.908/94, do Deputado Raul Messias; 1.508/93, do Deputado Wilson Pires.

No 1º turno: Projetos de Lei n.ºs 1.969/94, do Deputado Ajalmar Silva; 1.792 e 1.850/93, do Deputado Antônio Pinheiro; 1.983/94, do Deputado Bonifácio Mourão; 1.994/94, do Deputado Cossimo Freitas; 1.987/94, do Deputado Hely Tarquínio; 1.752/93, do Deputado Marcos Helênio; 1.883/94, da Deputada Maria Elvira; 1.886/94, do Deputado Mauri Torres; 1.981/94, do Deputado Roberto Amaral; 2.003/94, do Deputado Sebastião Helvécio.

ORDEM DO DIA DA 73ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, A REALIZAR-SE ÀS 10H30MIN DO DIA 15/6/94

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência. Distribuição de proposições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: ouvir o convidado, que discorrerá sobre as poluições sonora e visual das cidades durante as campanhas eleitorais.

Convidados: Dr. Dídimo Inocêncio de Paula, Juiz da Comissão de Fiscalização da Propaganda Eleitoral do TRE.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reuniões Extraordinárias da Assembléia Legislativa

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 20, parágrafo único, I, do Regimento Interno, convoca reuniões extraordinárias da Assembléia para as 9 horas e as 20 horas do dia 14/6/94, destinada a primeira a discussão e votação de pareceres e a votação de requerimentos: a apreciação dos Projetos de Lei n.ºs 1.865/94, do Governador do Estado, que dispõe sobre a UEMG, e 1.984/94, do Governador do Estado, que dispõe sobre a conversão em URV das tabelas de vencimentos e de soldos dos servidores

públicos do Poder Executivo e dá outras providências; e a discussão e votação de pareceres de redação final; e a segunda a apreciação da matéria constante na primeira, acrescida dos Projetos de Lei n°s 2.017/94, do Governador do Estado, que dispõe sobre a FAPEMIG; 1.071/92, do Deputado Ibrahim Jacob, que autoriza o Poder Executivo a fazer doação de imóvel do Estado a entidade filantrópica do Município de Ubá; 1.345/93, do Governador do Estado, que autoriza a aquisição de imóvel situado no Município de Montes Claros; 1.522/93, do Deputado Roberto Carvalho, que dispõe sobre a criação de programa de incentivo à fruticultura; 1.563/93, do Deputado João Batista, que estabelece a obrigatoriedade de exame otorrinolaringológico nas crianças em idade escolar; 1.639/93, da Comissão de Saúde, que assegura o oferecimento gratuito, pelo Estado, do exame do cariótipo e da triagem metabólica para diagnóstico da fenilcetonúria e do hipotireoidismo congênito; 1.759/93, do Deputado Sebastião Helvécio, que dispõe sobre o programa de alimentação escolar da rede pública estadual, e do Projeto de Lei Complementar n° 24/93, do Governador do Estado, que organiza a Procuradoria-Geral da Fazenda Estadual, dispõe sobre a carreira de Procurador da Fazenda Estadual e dá outras providências; e a discussão e votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 13 de junho de 1994.

José Ferraz, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Conjunta das Comissões de Constituição e Justiça e de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Antônio Júlio, Clêuber Carneiro, Geraldo Rezende, Antônio Pinheiro, Ivo José e Ermano Batista, membros da Comissão de Constituição e Justiça; Roberto Amaral, José Renato, Marcos Helênio, Baldonado Napoleão, Jaime Martins e João Marques, membros da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, para as reuniões conjuntas a serem realizadas no dia 14/6/94, às 11 horas e às 16 horas, na Sala das Comissões, destinadas a apreciarem os Pareceres para o 1° Turno do Projeto de Resolução n° 2.067/94, da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, que dispõe sobre a concessão de auxílios financeiros diversos mediante recursos consignados no orçamento da Assembléia Legislativa, estabelece critérios para sua distribuição e dá outras providências.

Sala das Comissões, 13 de junho de 1994.

Célio de Oliveira, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Conjunta das Comissões de Constituição e Justiça, de Administração Pública, de Saúde e Ação Social e de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Antônio Júlio, Clêuber Carneiro, Geraldo Rezende, Antônio Pinheiro, Ivo José, Ermano Batista e Célio de Oliveira, membros da Comissão de Constituição e Justiça; Tarcísio Henriques, Antônio Fuzatto, José Renato, Dílzon Melo, Ermano Batista, Álvaro Antônio e Sebastião Costa, membros da Comissão de Administração Pública; Adelmo Carneiro Leão, Wilson Pires, José Leandro e Jorge Eduardo, membros da Comissão de Saúde e Ação Social; e Célio de Oliveira, Roberto Amaral, Baldonado Napoleão, Marcos Helênio, João Marques, José Renato e Jaime Martins, membros da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, para a reunião conjunta a ser realizada no dia 14/6/94, às 15 horas, na Sala das Comissões, destinada a apreciar os Pareceres para o 1° Turno do Projeto de Lei n° 2.036/94, do Governador do Estado, que altera disposições das Leis n°s 11.383, de 4/1/94, e 11.406, de 28/1/94, e dá outras providências.

Sala das Comissões, 13 de junho de 1994.

Jorge Hannas, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Conjunta das Comissões de Constituição e Justiça e de Assuntos Municipais e Regionalização

Nos termos do Regimento Interno, convoco os Deputados Antônio Júlio, Clêuber Carneiro, Geraldo Rezende, Antônio Pinheiro, Ivo José, Ermano Batista, Célio de Oliveira, Baldonado Napoleão, Bernardo Rubinger, José Laviola, Raul Messias, Jorge Hannas e Romeu Queiroz, membros das Comissões supracitadas, para a reunião a ser realizada no dia 14/6/94, às 15h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de se apreciar, no 1° turno, o parecer da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização sobre o Projeto de Lei Complementar n° 29/93, do Deputado José Braga, que altera dispositivos sobre a criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de municípios e a criação, a organização e a supressão de distritos, constantes em lei complementar.

Sala das Comissões, 9 de junho de 1994.

Simão Pedro Toledo, Presidente.

TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

PARECER PARA O 2º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 1.671/93

Comissão de Defesa do Consumidor
Relatório

O projeto de lei em exame, do Deputado José Leandro, propõe seja declarado de utilidade pública o Clube de Diretores Lojistas de Coronel Fabriciano, com sede no Município de Coronel Fabriciano.

Aprovado o projeto no 1º turno, com a Emenda nº 1, desta Comissão, cabe-nos deliberar conclusivamente sobre a matéria no 2º turno, nos termos regimentais.

Em anexo, apresentamos a redação do vencido, que é parte deste parecer.

Fundamentação

O referido Clube propõe-se promover a cooperação entre os Diretores de lojas de varejo e serviços, Bancos comerciais, entidades financeiras e companhias de seguros, além de colaborar com as autoridades e as entidades sociais na defesa dos interesses da comunidade em que atua.

Pela ação que vem desenvolvendo, a entidade merece que lhe seja conferido o título declaratório de utilidade pública.

Para aperfeiçoamento técnico da proposição, apresentamos a Emenda nº 1, transcrita na conclusão deste parecer.

Conclusão

Em face do aduzido, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.671/93 no 2º turno, com a Emenda nº 1, a seguir transcrita, ao vencido no 1º turno.

EMENDA Nº 1

Dê-se ao art. 1º a seguinte redação:

"Art. 1º - Fica declarado de utilidade pública o Clube de Diretores Lojistas de Coronel Fabriciano, com sede no Município de Coronel Fabriciano.".

Sala das Comissões, 13 de junho de 1994.

Márcio Miranda, relator.

Redação do Vencido no 1º Turno PROJETO DE LEI Nº 1.671/93

Declara de utilidade pública estadual o Clube de Diretores Lojistas de Coronel Fabriciano.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarado de utilidade pública estadual o Clube de Diretores Lojistas de Coronel Fabriciano, com sede nesta cidade.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

PARECER PARA O 2º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 1.793/93

Comissão de Agropecuária e Política Rural
Relatório

De autoria do Deputado Baldonado Napoleão, o projeto de lei em análise pretende declarar de utilidade pública a Associação Rural e Comunitária de Coronel Xavier Chaves - ARCEL -, com sede no Município de Coronel Xavier Chaves.

Aprovada a proposição no 1º turno, cabe a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre a matéria no 2º turno, de acordo com o que prescreve o Regimento Interno.

Fundamentação

A referida Associação tem por finalidade prestar serviços que contribuam para o fomento e a racionalização das explorações agropecuárias e para a melhoria das condições de vida de seus associados.

Pelas atividades desenvolvidas, torna-se a entidade merecedora do título de utilidade pública.

Conclusão

Em face do exposto, nosso parecer é pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.793/93 no 2º turno, na forma proposta.

Sala das Comissões, 13 de junho de 1994.

Jorge Eduardo, relator.

PARECER DE REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 1.687/93

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 1.687/93, do Deputado José Leandro, que declara de utilidade

pública a Associação de Incentivo ao Pequeno Produtor de Santa Rita - AIPP -, com sede no Município de Ouro Preto, foi aprovado no 2º turno, na forma do vencido no 1º turno.

Vem agora o projeto a esta Comissão a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do art. 270, § 1º, do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar ao projeto a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 1.687/93

Declara de utilidade pública a Associação de Incentivo ao Pequeno Produtor de Santa Rita - AIPP -, com sede no Município de Ouro Preto.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação de Incentivo ao Pequeno Produtor de Santa Rita - AIPP -, com sede no Município de Ouro Preto.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Comissões, 26 de maio de 1994.

Maria Olívia, Presidente - Wilson Pires, relator - Péricles Ferreira.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATO DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 8/6/94, o Sr. Presidente, nos termos do art. 62 da Resolução nº 800, de 5/1/67, c/c a Resolução nº 5.100, de 29/6/91, modificada pelo art. 6º da Resolução nº 5.130, de 4/5/93, regulamentado pela Deliberação da Mesa nº 867, de 13/5/93, e de conformidade com a estrutura aprovada pela Deliberação da Mesa nº 1.051, de 1994, assinou o seguinte ato:

exonerando, a partir de 9/6/94, Osvaldo Eustáquio de Campos do cargo em comissão e de recrutamento amplo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão AL-10, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, com exercício no gabinete do Deputado Wellington de Castro.

AVISOS DE LICITAÇÃO

Convites

Conhecidas as propostas e realizado o julgamento, foram consideradas vencedoras as firmas:

Convite nº 146/94

Em 27/5/94 - Fipel Suprimentos Ltda. - Aquisição de diversos livros - CR\$816.153,00.

Convite nº 154/94

Em 1º/6/94 - Pneusola - Pneus e Peças Ltda., Distribuidora J. Lins Ltda. e Jabur Pneus Ltda. - Aquisição de 16 pneus - CR\$3.442.400,00.

ERRATAS

ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na publicação dos Atos da Mesa da Assembléia, verificada na edição de 7/6/94, na pág. 40, col. 4, onde se lê:

"Maria Helena Fernandes", leia-se:

"Maria Helena Fernandes dos Santos".

EDITAL GPC Nº 1/94

Na publicação do edital em epígrafe, verificada nas edições de 9/6/94, 10/6/94 e 11/6/94, onde se lê, na pág. 47, col. 1, da edição de 9/6/94; na pág. 33, col. 4, da edição de 10/6/94; e na pág. 31, col. 4, da edição de 11/6/94:

"1.2.3 - Administração Pública", leia-se:

"1.3 - Administração Pública".

Onde se lê, na pág. 47, col. 2, da edição de 9/6/94; na pág. 34, col. 1, da edição de 10/6/94; e na pág. 32, col. 1, da edição de 11/6/94:

"2 - Não há necessidade de ler todas as obras de Direito sugeridas. O candidato poderá escolher uma de cada matéria.", leia-se:

"2 - A bibliografia citada constitui apenas roteiro de leitura."
